

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

VALFRIDO LUIZ DO NASCIMENTO JÚNIOR

**MEDIDAS ALTERNATIVAS DE BEM-ESTAR: A
ABORDAGEM DA FELICIDADE**

RECIFE,

MARÇO/2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

VALFRIDO LUIZ DO NASCIMENTO JÚNIOR

**MEDIDAS ALTERNATIVAS DE BEM-ESTAR: A
ABORDAGEM DA FELICIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Nogueira

RECIFE,
MARÇO/2007

Nascimento Júnior, Valfrido Luiz do
Medidas alternativas de bem-estar : a abordagem
da felicidade / Valfrido Luiz do Nascimento Júnior. –
Recife : O Autor, 2007.
88 folhas : fig. e tab.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CCSA. Economia, 2007.

Inclui bibliografia e anexo.

1. Abordagem da felicidade. 2. Utilidade subjetiva.
3. Bem-estar subjetivo. 4. Economia da felicidade.
I. Título.

330.342.146	CDU (1997)	UFPE
330.9	CDD (22.ed.)	CSA2007-032

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO
MESTRADO EM ECONOMIA DE

VALFRIDO LUIZ DO NASCIMENTO JÚNIOR

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o Candidato Valfrido Luiz do Nascimento Júnior **APROVADO**.

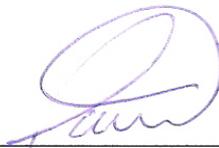
Recife, 05/03/2007.



Prof. Dr. José Ricardo Bezerra Nogueira
Orientador



Profa. Dra. Rozane Bezerra de Siqueira
Examinadora Interna



Prof. Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho
Examinador Externo/UFPE

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as maravilhas que Ele tem feito na minha vida e ainda fará, sem Ele nada me seria possível.

Agradeço a toda minha família, em especial à minha mãe, Sônia Maria, pela força, pelas orações e principalmente por acreditar que eu posso alcançar novos horizontes, para sempre minha melhor amiga.

Agradeço ao meu orientador, Professor José Ricardo Nogueira, pela paciência, pelos conselhos e principalmente pelo tempo dedicado à orientação.

Agradeço a todos os que fazem o Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco – PIMES/UFPE, em especial: Adriana, Cristiane, Karlos, Keuler, Gisléia, Janaína, Natasha, Marinalva e Hilton. Agradeço também a Patrícia e a Lúcia, secretárias do PIMES-UFPE, pela paciência e pelas informações repassadas.

A todos os meus amigos, em especial: Patrícia, Robson, Danilo, Adriana Isola, Cibele, Leandro, Emanoela e Mércia (minha irmã de coração).

À Gabriela Brasil agradeço pela amizade, pelos momentos de muito estudo, de muita descontração, mas principalmente pelo companheirismo.

A todas as pessoas que se dispuseram a responder os questionários, agradeço.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esse trabalho fosse realizado.

RESUMO

Desde a última década, os economistas têm desenvolvido estudos sobre o bem-estar humano sob uma nova ótica, a abordagem da felicidade. O enfoque principal tem sido entender a relação entre a felicidade e os resultados econômicos. Para isso, a satisfação de vida tem sido observada com base em uma nova abordagem da utilidade, a utilidade subjetiva, onde o axioma da preferência revelada deixa de ser o principal instrumento de mensuração de bem-estar individual e social. A ferramenta usada para auferir bem-estar, nesse contexto, é o questionamento direto aos indivíduos acerca da satisfação que eles experimentam com a vida que têm levado. A abordagem da felicidade permite observar a relação entre o bem-estar subjetivo informado e uma série de variáveis como a renda, desemprego, inflação, criminalidade, e características sociais, econômicas e institucionais do próprio indivíduo. A Economia da Felicidade, como tem sido denominada essa área de pesquisa, tem resultado em muitas implicações para políticas em várias áreas, principalmente políticas de bem-estar. Vários trabalhos têm estudado a felicidade em diferentes países e isso tem contribuído para se ter uma visão do porquê das disparidades de felicidade entre indivíduos de diferentes nações. Esse trabalho propõe ainda uma aplicação simples da abordagem da felicidade para a Região Metropolitana de Recife e para a cidade de Igarassu.

Palavras-chave: abordagem da Felicidade; utilidade subjetiva; bem-estar subjetivo; Economia da Felicidade.

ABSTRACT

Since the last decade, economists have been developing studies on the human well-being under a new optic, the happiness approach. The main focus has been to understand the relation between happiness and economic results. Life satisfaction has been observed based on a new approach of utility, the subjective utility, where the revealed preference axiom is no longer the main estimation instrument of individual and social welfare. In this context, well-being has been measured by direct interview, when individuals answer about the satisfaction that they feel with the life they have led. The happiness approach allow the observation of the relation between the informed subjective well-being and a series of variables as such as income, unemployment, inflation, criminality, and social, economic and institutional characteristics of the individual himself. The Economy of Happiness, as this area has been called, has resulted in a series of policy implications in several areas, especially welfare policies. Several papers have been studying happiness, and this has contributed to the observance of the reasons of happiness disparities between individuals in different countries. This study still proposes a simple application of the happiness approach for Recife's Metropolitan Area and Igarassu city.

Key-words: Happiness approach; subjective utility; subjective well-being; Economy of Happiness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Crescimento médio anual no PIB per capita e PNB per capita nos países da OCDE no período de 1994-2003	17
Figura 3.1 - Satisfação com a vida e renda per capita no Japão (1958-1991)	38
Figura 3.2 - Felicidade, renda e aspirações	40
Figura 3.3 - Felicidade e taxa de homicídios em 55 países anos 90	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 - Média de felicidade por país no período de 1995-2005	49
Tabela 5.1 - Distribuição da amostra e nível médio de felicidade informada por gênero.....	56
Tabela 5.2 - Distribuição da amostra e nível médio de felicidade informada por faixa de renda.....	57
Tabela 5.3 - Distribuição da amostra e nível médio de felicidade informada por estado civil	58
Tabela 5.4 - Distribuição da amostra e nível médio de felicidade informada por posição no mercado de trabalho	59
Tabela 5.5 - Número de pessoas por nível de satisfação de vida informado	60
Tabela 5.6 - Nível médio de felicidade informada nas Sub-amostras.....	61
Tabela 5.7 - OLS Equação de felicidade	66
Tabela 5.8 - Equação de Felicidade. Ordered-Logit	69
Tabela 5.9 - Felicidade informada e criminalidade.....	71
Tabela 5.10 - Equação de Felicidade. Ordered-Logit. Fatores de incremento na Felicidade	75

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Objetivo	12
1.2	Estrutura da Dissertação	13
2	BEM-ESTAR E FELICIDADE NA TEORIA ECONÔMICA	14
2.1	O Bem-Estar na Teoria Econômica	14
2.2	Avaliação do Bem-estar e Felicidade: A Economia da Felicidade	18
2.3	Utilidade, Bem-Estar e Felicidade	22
2.4	Razões para se estudar Felicidade	24
2.5	Como a Abordagem da Felicidade tem sido implementada na Teoria Econômica	29
3	VARIÁVEIS ECONÔMICAS E INSTITUCIONAIS E SUA INFLUÊNCIA NO BEM-ESTAR SUBJETIVO	34
3.1	Efeitos da Renda na Felicidade	34
3.1.1	Diferença de Renda Individual e Felicidade	35
3.1.2	Felicidade e Renda no tempo	37
3.1.3	Felicidade e Renda entre diferentes países	41
3.2	Efeitos do Desemprego	42
3.3	Inflação e Felicidade	44
3.4	Influência de algumas Variáveis Institucionais na Felicidade	44
4	A ABORDAGEM DA FELICIDADE NO MUNDO	48
4.1	Níveis de Felicidade informada no Brasil	50
5	UMA APLICAÇÃO DA ABORDAGEM DA FELICIDADE	54
5.1	Estrutura dos Dados	54
5.2	Análise Descritiva da Amostra	56
5.2.1	Gênero	56
5.2.2	Idade	56
5.2.3	Renda	57
5.2.4	Estado Civil	58
5.2.5	Posição no Mercado de Trabalho	58
5.2.6	Religião	59
5.2.7	Nível de Felicidade informado	60

5.3 Análise Empírica	62
5.3.1 Considerações Iniciais sobre a estimação e construção de variáveis	62
5.3.2 Resultados preliminares: OLS	65
5.3.3 Resultados da Estimação Ordered Logit	68
5.3.4 Estimação, inserindo elementos de incremento na Felicidade informada	71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXOS	87

1 INTRODUÇÃO

A teoria econômica, desde os primórdios, sempre esteve preocupada em estudar o bem-estar, preocupação essa visível na abordagem dos dois Teoremas da Economia do Bem-Estar que servem de suporte científico para explicar algumas importantes relações as quais a ciência econômica se dedica a estudar. O bem-estar por muito tempo foi analisado sob a ótica da utilidade objetiva, baseada no axioma da preferência revelada, o qual impõe à análise uma visão materialista, onde o bem-estar é avaliado segundo critérios monetários, mais especificamente, critérios de renda.

No entanto, observações paradoxais sobre a relação entre renda e bem-estar despertaram o interesse de economistas em analisar os determinantes do bem-estar num sentido mais amplo, que englobasse, além dos fatores objetivos (àqueles ligados à renda), fatores subjetivos, como sentimentos, experiências vividas e expectativas futuras. Fazendo uso de ferramentas já empregadas pela Psicologia, a ciência econômica, pioneiramente representada por Easterlin (1974), passou a analisar o bem-estar humano através da abordagem da felicidade.

O estudo da felicidade, ou economia da felicidade, propõe uma nova forma de mensuração do bem-estar, o que se pode chamar de uma visão subjetiva da utilidade, a qual se baseia na investigação do bem-estar subjetivo. Ao invés da preferência revelada, o bem-estar é avaliado diretamente, através do nível de satisfação com a vida, informado pelo próprio indivíduo. Tem-se dessa forma, uma visão mais ampla da utilidade individual, uma vez que no momento em que uma pessoa responde como se sente em relação à sua vida, uma série de fatores é levada em conta, fatores monetários e não-monetários.

As razões para se estudar felicidade estão ligadas à análise do resultado da aplicação de políticas econômicas (no sentido de avaliar como a implementação das mesmas atinge a sociedade, não somente em relação a restrições ou ampliações do poder de compra, mas principalmente no que se refere à satisfação de vida como um todo) e ao estudo do efeito de mudanças em condições institucionais no bem-estar do indivíduo e da sociedade.

O método utilizado na abordagem da felicidade, como já explicitado, é a obtenção de dados sobre a satisfação individual de forma direta. Dessa forma, pode-se afirmar que se

analisa o nível de bem-estar subjetivo informado. Tal abordagem baseia-se na aplicação de questionários, que comumente têm como pergunta principal, como os indivíduos, analisando sua vida globalmente, avaliam sua satisfação com a vida que têm levado. Infere-se dos “entrevistados”, ainda, características sociais, econômicas, demográficas e institucionais.

Ao analisar os fatores determinantes do bem-estar humano, a abordagem da felicidade permite avaliar a influência de algumas variáveis-chave nesse bem-estar. Variáveis como renda, desemprego, inflação, criminalidade, são alguns dos fatores que têm despertado a atenção dos economistas.

Esse tipo de abordagem permite além de uma análise descritiva (estágio inicial da economia da felicidade), uma análise empírica baseada em ferramentas estatísticas e econométricas. O estudo analítico e empírico da felicidade tem sido aplicado em várias sociedades, promovendo uma visão mais abrangente de bem-estar, mas também levantando questões contraditórias, que precisam ser estudadas ainda mais.

No Brasil, a abordagem da felicidade tem sido objeto de poucos estudos, principalmente no que diz respeito à análise empírica dos determinantes do bem-estar subjetivo. Nessa área, merece destaque o trabalho desenvolvido por Cavalcanti, Guimarães e Nogueira (2006). Alguns órgãos públicos e privados têm procurado observar a felicidade dos brasileiros, todavia, num sentido menos formal. O nível de felicidade informado pelos brasileiros está entre os trinta maiores níveis de satisfação reportados no mundo. Na média, o povo brasileiro se considera feliz (Veenhoven, 2007a).

Seguindo o exemplo de vários estudos sobre felicidade, esse trabalho, além da análise da teoria, propõe uma aplicação da abordagem da felicidade para duas cidades no estado de Pernambuco, Recife e Igarassu, procurando estimar os determinantes do bem-estar subjetivo para os indivíduos de ambas as cidades.

1.1 Objetivo

O objetivo do estudo é empreender uma revisão teórica a cerca de uma recente área da ciência econômica, a economia da felicidade, a qual tem usado a abordagem da felicidade para avaliar o bem-estar humano, e, com base na literatura teórica e empírica internacional,

fazer um estudo empírico acerca dos determinantes da felicidade dos indivíduos na cidade de Recife e Igarassu situadas no estado de Pernambuco.

1.2 Estrutura da dissertação

Este trabalho está estruturado em seis capítulos, conforme detalhado a seguir.

Este primeiro capítulo está relacionado à introdução, onde também estão descritos o objetivo e a estrutura deste trabalho.

No segundo capítulo, encontra-se uma abordagem detalhada da relação entre o bem-estar e a felicidade na Teoria Econômica, ou seja, a fundamentação teórica da pesquisa.

No terceiro capítulo, analisa-se a influência de algumas variáveis econômicas e institucionais no bem-estar subjetivo informado, destacando a renda, o desemprego, a inflação e a criminalidade. A análise é feita com base em vários trabalhos na área de economia da felicidade, bem como, com embasamento na Teoria Econômica.

O quarto capítulo mostra dados sobre a pesquisa de felicidade no mundo. Ainda nesse capítulo, são mostrados alguns dados sobre a felicidade informada no Brasil.

O capítulo seguinte apresenta uma aplicação da abordagem da felicidade para duas cidades no estado de Pernambuco, Recife e Igarassu. Da aplicação resultará uma análise descritiva da felicidade, bem como, uma análise empírica, uma vez que serão feitas estimações tendo como base os procedimentos descritos no segundo capítulo.

As considerações finais do trabalho serão feitas no sexto e último capítulo.

2 BEM-ESTAR E FELICIDADE NA TEORIA ECONÔMICA

2.1 O Bem-Estar na Teoria Econômica

Na medida em que a Economia é a ciência que estuda a alocação de recursos escassos para desejos ilimitados, a forma como essa alocação é feita, em termos de eficiência e equidade, sempre constituiu uma preocupação básica dos estudos econômicos. O bem-estar é inerente à análise econômica, e vem sendo estudado desde o estabelecimento dos princípios fundamentais da teoria econômica. Um exemplo pioneiro da análise do bem-estar está explicitado na discussão sobre o fato dos mercados competitivos constituírem ou não, mecanismos eficientes de trocas. Na discussão são expostos os dois Teoremas Fundamentais do Bem-Estar, que têm implicações importantes para a alocação de recursos (Varian, 2000).

Nesse contexto, o Primeiro Teorema da Economia do Bem-Estar afirma que todo equilíbrio proveniente de um mercado competitivo é eficiente de Pareto¹. Em particular, esse Teorema nada diz sobre a distribuição dos benefícios econômicos, ou seja, não há critérios de justiça social embutidos no Teorema. No entanto, há uma preocupação com o bem-estar individual, uma vez que a eficiência de Pareto se preocupa em não piorar a situação de um agente (diminuindo seu bem-estar) para melhorar a situação de outro agente (aumentado seu bem-estar). O Primeiro Teorema do Bem-Estar fornece um mecanismo geral – o mercado competitivo – que pode ser utilizado para obter resultados eficientes de Pareto (Varian, 2000).

O Segundo Teorema da Teoria Econômica do Bem-Estar diz que, sob certas condições – preferências convexas, ausência de externalidades e de bens públicos, entre outras – haverá sempre um conjunto de preços tal que cada alocação eficiente de Pareto seja um equilíbrio de mercado para uma distribuição apropriada de dotação de recursos. Em outras palavras, sob certas hipóteses, qualquer alocação eficiente de Pareto pode ser obtida como um equilíbrio competitivo. O resultado desse Teorema implica que os problemas de distribuição (equidade) e eficiência podem ser separados (Varian, 2000).

¹ Uma alocação ótima de Pareto pode ser definida como uma alocação em que não há como fazer com que todos os agentes econômicos melhorem ao mesmo tempo, ou seja, não há como melhorar a situação de um agente sem que a situação do outro piore.

Portanto, analisando os dois Teoremas do Bem-Estar, é importante observar a preocupação da Teoria Econômica com o bem-estar dos agentes econômicos. O bem-estar individual é um critério que determina a validade dos mecanismos de alocação – no caso dos Teoremas, o mercado competitivo – em termos de eficiência econômica, uma vez que o critério de eficiência de Pareto, como já foi observado, afirma que não se pode melhorar a situação de um indivíduo, dando-lhe um nível mais elevado de bem-estar, sem piorar a situação do outro.

A literatura econômica discute que os indivíduos derivam seu bem-estar da satisfação de seus desejos de acordo com suas próprias preferências.

Em decorrência do bem-estar não poder ser observado diretamente, ou seja, são necessárias variáveis que o represente, tradicionalmente o nível de satisfação dos agentes econômicos é representado e avaliado exclusivamente pelo nível de renda real, uma vez que a renda real restringe a possibilidade de consumo dos indivíduos.

Alguns fatores relevantes podem ser citados no processo de representação do bem-estar através da renda real:

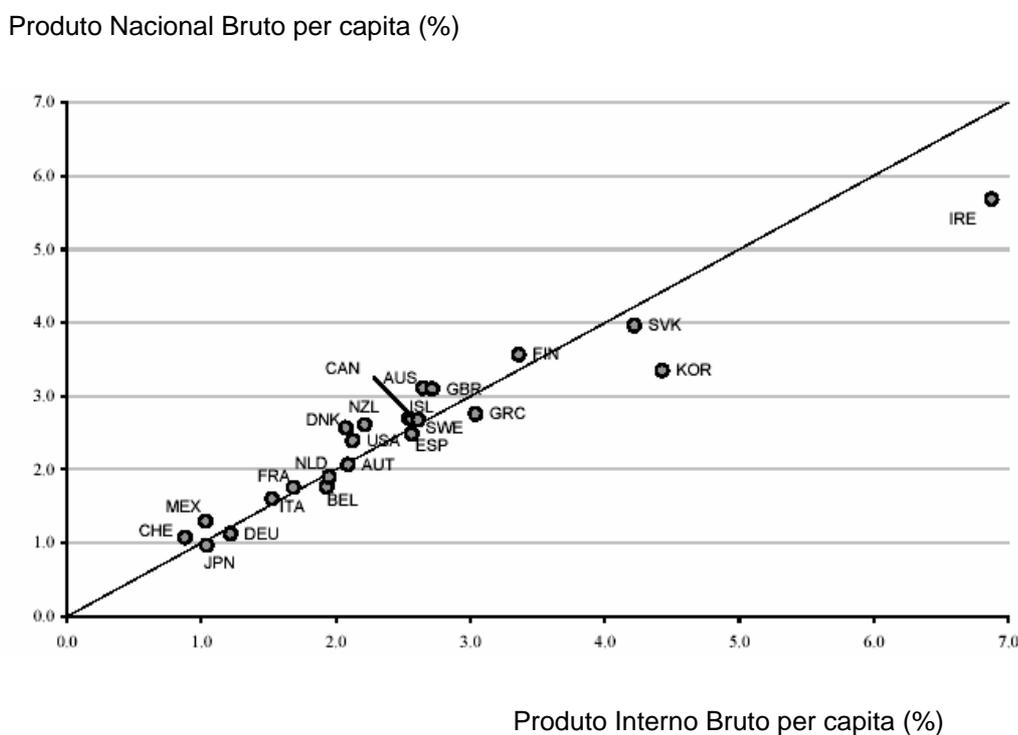
- (i) A renda, como é medida convencionalmente, afasta-se de sua definição teórica (por em alguns casos, excluir mudanças no valor de bens que influenciam no que os indivíduos podem consumir) e acaba sendo uma medida mais próxima das possibilidades de produção de uma sociedade do que das possibilidades de consumo dos indivíduos;
- (ii) Uma vez que exclui mudanças nos valores de bens considerados como de “não-mercado” mas que influenciam no bem-estar, a renda apenas mensura a contribuição de um conjunto de atividades econômicas para o bem-estar;
- (iii) Preços de mercado, aos quais a renda real é avaliada, podem não refletir a contribuição marginal do consumo de vários bens para o bem-estar, quando externalidades e outras distorções estão presentes;
- (iv) Comparações através da renda real não respeitam as preferências individuais quando as mesmas não são formadas de acordo com o que diz a teoria e, quando os preços variam ao longo do tempo;

- (v) Comparações de renda entre países assumem implicitamente que as nações possuem indivíduos idênticos, cada um consumindo os mesmos bens e compartilhando as mesmas características. No entanto, em circunstâncias mais gerais, o bem-estar depende não só do nível de renda, mas também da distribuição da mesma, a qual geralmente não se equipara nos diferentes países.

Com base no que foi exposto anteriormente, Boarini, Johansson e d'Ercole (2006) discutem a necessidade de se incorporar na análise do bem-estar outros critérios de avaliação. Os mesmos autores sugerem outros fatores de natureza econômica (medidas de crescimento econômico), todavia, também propõem a incorporação de fatores subjetivos (de não-mercado) aos fatores monetários visando contemplar outras dimensões de bem-estar.

Dentre as várias medidas alternativas de mensuração da satisfação de vida para os países, no campo puramente econômico, são citados o Produto Nacional Bruto (PNB) e a Renda Real Líquida, que leva em conta os valores que entram e saem de um país, caso haja cidadãos do país fora do mesmo, mas que enviam renda ao país de origem, e a existência de não-residentes no país, que acabam por enviar renda para o exterior. No entanto, a diferença dessas medidas mais amplas de crescimento econômico em relação ao Produto Interno Bruto (renda real) é consideravelmente pequena para a maioria dos países em todo o mundo (Boarini, Johansson e d'Ercole, 2006), o que torna a comparação do nível de bem-estar entre países inalterada (Ver figura abaixo).

Figura 2.1. Crescimento médio anual no PIB per capita e PNB per capita nos países da OCDE no período de 1994-2003.



Fonte: Contas Nacionais da OCDE in Boarini, Johansson e d'Ercole (2006: pág. 9)

Em relação ao bem-estar dos domicílios (que se aproxima mais do bem-estar individual), os autores ressaltam o uso de três medidas monetárias alternativas à renda real para estimar o bem-estar:

1. Renda disponível per capita, que permite a mensuração dos gastos com o consumo presente, como também dos gastos com o consumo futuro que pode ser financiado através da poupança;
2. Despesa final com consumo dos domicílios por pessoa;
3. Consumo domiciliar por pessoa de forma efetiva, ou seja, variável que inclui uma estimação dos serviços oferecidos pelo governo e pelas instituições sem fins lucrativos (como educação, saneamento básico e saúde).

No entanto, assim como as medidas alternativas para mensuração de bem-estar num país como um todo, as medidas alternativas para estimação do bem-estar individualmente

(através dos domicílios) se aproximam da mensuração via renda real, em praticamente todos os países.

Como já afirmado, o bem-estar individual e o social não dependem apenas da renda dos indivíduos, como propunha a visão ortodoxa da teoria econômica do bem-estar. O bem-estar na verdade depende de uma série de outros fatores, tais como tempo de lazer, qualidade ambiental, questões distributivas, sentimentos, ou seja, o bem-estar está ligado a fatores subjetivos também, que na prática são difíceis de serem mensurados². No entanto, ignorá-los pode levar a conclusões enganosas a cerca do bem-estar efetivo experimentado pelos indivíduos (Boarini, Johansson e d'Ercole, 2006).

Uma abordagem complementar na avaliação do bem-estar é fornecida pelos indicadores sociais, dentre os quais pode-se destacar: a taxa de emprego, os anos de escolaridade da população, o índice de Gini, a taxa de mortalidade e a participação em atividades na comunidade onde o agente econômico reside³. Tais indicadores quando agregados em um único índice (construído através da normalização dos elementos indicadores, expressos em unidades diferentes) podem ser úteis na identificação de algumas importantes potencialidades de dimensão de bem-estar.

2.2 Avaliação do Bem-Estar e Felicidade: A Economia da Felicidade

O bem-estar tem sido objeto de vários estudos na teoria econômica ao longo dos anos, estudos esses que procuram identificar os determinantes do bem-estar, ou seja, identificar os elementos que contribuem na direção de aumentar ou diminuir o nível de satisfação de vida das pessoas. Pode-se, então, afirmar que a análise do bem-estar, ou satisfação de vida, está intrinsecamente ligada à análise da felicidade dos indivíduos. Afirmer que um indivíduo tem

² A mensuração de fatores de não-mercado que influenciam no bem-estar requer algumas hipóteses problemáticas. Dentre elas, destaca-se o problema de como estimar o preço a ser aplicado às várias atividades de não-mercado, já que o preço deve refletir a importância de um bem para o indivíduo (para seu nível de satisfação), e não se pode, em muitos casos, inferir esse grau de importância dos referidos bens através da preferência revelada por conta da ausência de atividades de mercado.

³ Relações sociais e a participação em atividades na vida da comunidade são determinantes importantes de, até que ponto, o indivíduo faz parte dessa comunidade, e isso é um fator crucial para o incremento no bem-estar.

um nível elevado de bem-estar pode ser visto como um possível sinal de que esse indivíduo se sente feliz com a vida.

Entretanto, como já explicitado, a grande maioria dos estudos acerca do bem-estar tem levado em consideração fatores ligados somente à renda, ou seja, fatores financeiros, e tem esquecido outros fatores que podem contribuir para a formação do bem-estar individual.

A teoria tradicional de estudo do bem-estar propõe que condições de vida, principalmente renda e emprego, têm um efeito duradouro no bem-estar. A teoria predominante pode ser caracterizada pela expressão “mais é melhor”. Em geral, os economistas preferem não estudar o estado subjetivo da mente e trabalham somente com o comportamento observado, também chamado de preferência revelada: se um indivíduo que é observado comprando uma combinação de bens, (x_2, y_2) quando uma combinação alternativa, (x_1, y_1) , está disponível a uma dada renda pessoal e a preços correntes, então, baseado em alguns axiomas, pode-se considerar que esse indivíduo prefere (x_2, y_2) a (x_1, y_1) e está em melhor situação consumindo a cesta de índice 2. A maior implicação dessa teoria é que alguém só pode aumentar seu bem-estar através de aumento em sua renda real e que, medidas de políticas públicas que visem aumentar a renda da população como um todo levam a aumento de bem-estar social. Os economistas reconhecem que o bem-estar depende de uma variedade de outras particularidades além das condições materiais, mas tipicamente eles assumem que se a renda aumenta de forma substancial, o bem-estar se move na mesma direção⁴ (Bruni e Porta, 2005).

E é nesse contexto de busca de alternativas que possam mensurar o bem-estar de uma forma mais abrangente possível, ou seja, incorporando, além dos fatores objetivos (monetários), os fatores de natureza subjetiva e que notoriamente influenciam no nível de satisfação de vida individual e social, que surge o conceito de economia da felicidade.

O termo felicidade pode assumir vários significados, no entanto, no contexto da economia da felicidade, felicidade pode ser definida como satisfação de vida, bem-estar

⁴ A.C. Pigou ressaltou a muitos anos atrás: “Existe uma clara consciência de que mudanças na riqueza econômica (no nível de renda real) implica em mudanças no bem-estar social na mesma direção, senão em mesmo grau” (Bruni e Porta, 2005).

subjetivo, e mais especificamente, como o grau⁵ de satisfação que os indivíduos avaliam possuir ao analisar suas vidas como um todo. O conceito de felicidade é individual, cada indivíduo é capaz de informar o seu nível de felicidade separadamente, e esse nível normalmente engloba experiências passadas e expectativas futuras, e requer dos indivíduos uma avaliação de prioridades e valores relativos.

Recentemente, o conceito mais amplo de felicidade tem sido usado como uma ferramenta para avaliar o bem-estar, mais especificamente, o bem-estar subjetivo, que vários estudiosos [Oswald (1997); Frey e Stutzer (2002a); Graham (2005); Coyne e Boettke (2006)] consideram como sinônimo de felicidade. A inserção de outros fatores subjetivos nos estudos sobre bem-estar tem sido de suma relevância, uma vez que é um consenso a idéia de que outros fatores além dos financeiros são importantes na satisfação de vida dos indivíduos. Assim, bem-estar e felicidade estão ligados entre si, e o estudo da felicidade é uma importante ferramenta para avaliação do bem-estar (Blanchflower e Oswald, 2000).

Desde a década passada, o tema felicidade tem sido objeto de vários estudos em economia, estudos esses que procuram entender as implicações desse tema para a teoria e a política econômica. O crescimento e impacto dessa área de pesquisa podem ser comprovados no fato de que, em 2002, o Prêmio Nobel em economia foi concedido ao psicólogo Daniel Kahneman, por ter desenvolvido um estudo que buscou integrar critérios da pesquisa em psicologia humana dentro da ciência econômica, especialmente no que diz respeito à preocupação do indivíduo em julgar e tomar decisões sob um ambiente de incerteza.

A felicidade é geralmente considerada como sendo uma meta fundamental na vida de qualquer indivíduo. Todas as pessoas querem ser felizes. A busca pela felicidade é considerada, em muitos países, como sendo um direito inalienável, podendo ser comparada com o direito à vida e à liberdade. Por um longo período, o estudo da felicidade foi o ramo de conhecimento da psicologia. Apenas recentemente, a pesquisa psicológica foi integrada aos estudos econômicos. A contribuição pioneira, nesse contexto, foi de Easterlin (1974), que considerou a relação entre felicidade e resultados econômicos. Essa contribuição foi notada por várias escolas econômicas, mas de início não foram encontrados muitos seguidores. A

⁵ Grau num sentido mais estrito; quando alguém diz que tem um grau elevado de felicidade, está querendo informar que a vida que tem levado é mais favorável do que desfavorável.

partir dos anos 90, vários estudiosos em economia passaram a se preocupar em analisar, empiricamente, os determinantes da felicidade em diferentes países e períodos.

A preocupação em estudar o bem-estar subjetivo⁶ surgiu na economia com o paradoxo de Easterlin (1974). Em seu estudo original, Easterlin revelou um paradoxo que despertou o interesse no assunto, mas que ainda não foi resolvido. Enquanto muitos estudos mostram que dentro dos países, pessoas ricas são, na média, mais felizes que as pessoas pobres, os estudos comparando os países e analisando dados ao longo do tempo, encontram uma relação muito pequena, quando há, entre aumentos na renda per capita e níveis médios de felicidade. Na média, países mais ricos (como um grupo) são mais felizes que aqueles mais pobres (como um grupo também). No entanto, a felicidade parece não crescer na mesma proporção do crescimento da renda; a felicidade cresce com a renda até um certo ponto, mas não além de um limite máximo. Estudos revelaram também que entre os menos felizes (geralmente, países mais pobres), não existe uma relação clara entre renda média e níveis médios de felicidade, sugerindo que muitos outros fatores, incluindo características culturais, entram na explicação da questão. Dentro dos países, o nível de renda é crucial para determinação de bem-estar subjetivo – felicidade (Oswald, 1997). Pobreza e miséria são muito prejudiciais para a felicidade. Mesmo depois de supridas as necessidades básicas, outros fatores, tais como aspirações de ascender financeiramente, diferenças relativas de renda e estabilidade nos rendimentos ganhos, tornam-se crescentemente importantes além da renda.

Deste modo, uma interpretação comum do paradoxo de Easterlin é que os seres humanos estão em um “*hedonic treadmill*”: as aspirações crescem juntamente com a renda, e após as necessidades básicas serem satisfeitas, níveis relativos de renda e não mais absolutos são importantes para o bem-estar (Coyne e Boettke, 2006). Outra interpretação para o paradoxo é a conclusão final dos psicólogos para a teoria da felicidade, que evidencia que todo indivíduo é propenso a ter um nível de felicidade, o qual o indivíduo sempre volta ao longo do tempo, até mesmo depois de eventos importantes como ganhar na loteria ou se divorciar (Easterlin, 2003). Assim, a implicação dessa teoria é que não há muito que se fazer para aumentar os níveis de felicidade.

⁶ Bem-estar subjetivo é o termo científico em psicologia para uma auto-avaliação dos indivíduos das suas experiências positivas e negativas, da sua felicidade ou satisfação com a vida.

Muitas das políticas são baseadas em medidas monetárias de bem-estar (objetivo), isto acentua demais a importância dos ganhos de renda para o bem-estar e subestima a importância de outros fatores, como a saúde, a família e a estabilidade no emprego. É sabido que os indivíduos são bastante adaptáveis a novas situações e no fim podem se acostumar com a maioria das coisas, e em particular com ganhos de renda. A literatura do comportamento econômico, por exemplo, mostra que os indivíduos tendem a valorizar muito mais as perdas de renda do que os ganhos. Easterlin (2003) discute que os indivíduos se adaptam mais às mudanças monetárias que às não-monetárias, assim eventos de mudança na vida como uma perda de um ente querido, por exemplo, podem gerar efeitos mais duradouros na felicidade dos indivíduos que são acometidos por tal perda. Desse modo, políticas públicas deveriam atentar para os efeitos de medidas que influenciam no campo não-material dos indivíduos, principalmente aquelas ligadas a perdas, as quais têm influência negativa no lado emocional (subjetivo) e acabam deprimindo o bem-estar dos mesmos.

2.3 Utilidade, Bem-Estar e Felicidade

Os estudos em felicidade avaliam a satisfação de vida dos indivíduos com base em fatores econômicos e não-econômicos, ou seja, englobando na abordagem tradicional outros fatores além da renda que determinam e influenciam no nível de bem-estar das pessoas. Assim, o tema felicidade está intrinsecamente ligado ao tema do bem-estar.

O bem-estar, na teoria econômica tradicional, tem sido avaliado com base na utilidade individual. A abordagem tradicional da utilidade coloca-a como sendo determinada pelo nível de renda dos indivíduos, uma vez que as preferências e escolhas individuais são orientadas dentro de uma restrição orçamentária individual e racional. Além disso, a racionalidade rígida é uma hipótese que suporta a teoria econômica. Essa abordagem da utilidade é considerada como uma posição “objetivista” da teoria econômica padrão, que se baseia em escolhas observáveis feitas pelos indivíduos para avaliar seu nível de utilidade. A utilidade individual nesse caso depende apenas de bens, serviços e lazer tangíveis. O comportamento dos indivíduos é deduzido (ou suas preferências são reveladas), e, por sua vez, usa-se tal dedução para explicar as escolhas feitas. A abordagem do axioma da preferência revelada afirma que as escolhas podem fornecer toda a informação requerida para se deduzir as utilidades resultantes. Além disso, a abordagem axiomática não é somente aplicada para derivar a utilidade individual (bem-estar individual), mas também para estimar bem-estar social. Para

fazer isso, a comparação de bem-estar social é geralmente baseada no comportamento do consumo dos domicílios (Slesnick, 1998). Essa visão ainda é dominante na ciência econômica. Sen, in Frey e Stutzer (2002a), observa que a popularidade dessa visão pode estar ligada a uma convicção peculiar de que a escolha é o único aspecto humano que pode ser observado. No entanto, não são todos os economistas contemporâneos que aceitam essa visão.

Vários estudiosos têm procurado modificar a teoria econômica padrão por diferentes ângulos, buscando a incorporação de fatores não tangíveis, como emoções, auto-estima, consecução de metas e *status* social, na análise do bem-estar, ou seja, procuram mensurar um bem-estar subjetivo.

Medidas subjetivas de bem-estar são derivadas, geralmente, de pesquisas em que os indivíduos são perguntados sobre sua felicidade e satisfação com a vida como um todo ou em áreas específicas, como o ambiente de trabalho e o ambiente familiar. Tais perguntas são aplicadas normalmente num contexto de entrevistas que compreendem vários âmbitos da vida dos agentes econômicos. Mais adiante, esse processo será explicado de forma mais detalhada.

A fim de explicar o comportamento humano, funções de utilidade interdependentes são consideradas ao invés de considerar funções interpessoalmente independentes. Estes desafios estabelecem novas formas de estimação de bem-estar (Frey e Stutzer, 2002a). Tal abordagem abre a possibilidade para uma compreensão mais ampla dos determinantes do bem-estar humano.

Assim, a abordagem subjetiva da utilidade oferece uma linha de pensamento complementar para estudar o mundo. Primeiramente, o bem-estar subjetivo é um conceito muito mais amplo do que a utilidade de decisão (objetiva), ele inclui a utilidade experimentada, como também a utilidade comportamental, e é para muitos, como já enfocado, uma meta fundamental. O conceito de felicidade subjetiva permite mensurar o bem-estar humano diretamente, criando uma base que permite a prova explícita de hipóteses e proposições fundamentais na teoria econômica (Frey e Stutzer, 2002a).

Uma visão subjetiva da utilidade reconhece que todos os indivíduos (independente de gênero) possuem uma noção do que venha ser felicidade e satisfação de vida, como também concorda que o comportamento observado é um indicador incompleto de bem-estar individual.

Não existe um consenso se a interpretação do bem-estar, derivada primeiramente do paradoxo de Easterlin, é a mais precisa. Porém, um grande número de estudos que demonstram que os níveis de felicidade variam significativamente em resposta a mudanças numa variedade de outros fatores, que não a renda, sugere que a abordagem da felicidade possa render inovações de suma importância para a análise do bem-estar humano. Assim, a análise do bem-estar pode ser complementada com medidas alternativas de mensuração da satisfação de vida.

A mensuração do bem-estar via renda per capita, através de uma função de utilidade objetiva, segundo Boarini, Johansson e d'Ercole (2006), tem sido utilizada em decorrência de fatores como: a disponibilidade de dados, a correlação existente entre as várias medidas de mensuração, e ainda do fato de que a mensuração do bem-estar individual utilizando fatores não-monetários necessita de algumas hipóteses problemáticas. No entanto, estudos realizados por tais autores, mostraram que a mensuração do nível de satisfação de vida usando renda per capita gera algumas controvérsias:

- (i) Enquanto pesquisas baseadas em dados individuais, tipicamente, encontram uma relação positiva entre satisfação de vida e renda, também sugerem que diferenças na satisfação de vida entre os indivíduos não são proporcionais a diferenças em suas respectivas rendas;
- (ii) As pesquisas também destacam que quando se analisam os indivíduos ao longo do tempo, mudanças em suas rendas não trazem mudanças semelhantes em seu bem-estar;
- (iii) O efeito no bem-estar pessoal de perdas de renda é duas vezes maior que o efeito de ganhos de renda;
- (iv) Diferenças na renda pessoal explicam uma pequena parte da variação no bem-estar individual.

2.4 Razões para se estudar Felicidade

Felicidade é um conceito de suma relevância nos dias de hoje, principalmente quando se deseja avaliar os determinantes do bem-estar. É de comum acordo que as pessoas preferem ser felizes a infelizes, e estudos mostram que à cada dia a condição de ser feliz é prioridade nas

sociedades contemporâneas, muito mais do que prestígio social ou riquezas materiais. A felicidade, de uma forma global, excede até metas sociais consideradas importantes, como a paz e a igualdade. Isto não significa dizer que a felicidade é a única e última meta. O Utilitarismo⁷ é de fato raramente praticado. Os indivíduos geralmente buscam caminhos alternativos para incrementar seus níveis de felicidade, que podem acabar levando a situações ineficientes de Pareto.

A economia da felicidade é uma abordagem que avalia o bem-estar combinando técnicas tipicamente usadas por economistas com aquelas mais comumente usadas por psicólogos (Graham, 2005). Como já foi abordado, enquanto os psicólogos já vêm usando pesquisas em bem-estar informado para estudar felicidade, só recentemente os economistas têm se aventurado nesta área de estudo.

O estudo sobre felicidade requer o entendimento da sua natureza e de seus determinantes. Estudiosos de várias áreas de pesquisa têm se preocupado em entender quais as potencialidades que estão ligadas ao estudo da felicidade. Dessa forma, pode-se afirmar que existe na atualidade uma vasta literatura sobre o tema. Mais recentemente, a ciência econômica tem utilizado a abordagem da felicidade num contexto de abstrações mais científicas e métodos de pesquisa mais complexos a fim de mensurar o bem-estar humano.

Além dos fatores, implícita e explicitamente já descritos, algumas razões podem ser ressaltadas para justificar o porquê da economia, e conseqüentemente dos estudos econômicos, considerarem a felicidade em suas abordagens de bem-estar (Frey e Stutzer, 2002a).

Uma primeira razão está relacionada a questões de política econômica. Ao nível micro, é freqüentemente impossível fazer uma melhora que seja um ótimo de Pareto, uma vez que uma ação social incorre em custos para alguns indivíduos. Conseqüentemente, uma avaliação de efeitos líquidos, em termos de utilidades individuais, é necessária. Num nível agregado, a política econômica deve lidar com *trade-offs*, em especial com aqueles ligados à relação entre desemprego e inflação. Usando dados de felicidade para doze países europeus no período de

⁷ Teoria exposta por Jeremy Bentham, filósofo e escritor inglês (1748-1832), também conhecida como benthamismo, segundo a qual o principal objetivo de uma sociedade é gerar a maior felicidade para o maior número de pessoas.

1975 a 1991, Di Tella, MacCulloch e Oswald (2001) estimaram que um aumento de um ponto percentual na taxa de desemprego é marginalmente compensado por um decréscimo em 1,7 ponto percentual na inflação (aqui, o papel do estudo da felicidade é avaliar como e em quanto essa ação influenciaria no bem-estar dos agentes econômicos; a questão seria, em outras palavras, avaliar a viabilidade, em termos de bem-estar, de aumentar desemprego a fim de conseguir um decréscimo nos índices de inflação). Este resultado diverge significativamente do “índice de miséria”, que, por falta de informação, tem sido simplesmente definido como a soma da taxa percentual de desemprego com a taxa de inflação do ano corrente (Di Tella, MacCulloch e Oswald, 2001).

Outro *trade off* que pode ser calculado com base na estimação da função de felicidade é a variação compensadora por estar desempregado ao invés de estar trabalhando. Para os vinte países europeus, antes referidos, o fato de mover um indivíduo do quartil de renda mais baixa para o quartil de renda mais alta não seria suficiente para compensar o efeito adverso do desemprego, o que sugere que as pessoas desempregadas incorrem em altos custos não-monetários. Assim, a abordagem da felicidade pode ser bastante útil para fornecer informações para decisões de políticas econômicas.

Uma segunda justificativa para se estudar a felicidade é o interesse dos economistas em avaliar o efeito de condições institucionais, como a qualidade do governo e o tamanho do capital social, no bem-estar individual. Pesquisa para 49 países nos anos 80 e 90 sugere que existem ganhos substanciais em termos de bem-estar provenientes de fatores como: melhora na responsabilidade governamental, efetividade e estabilidade do governo, cumprimento da lei e controle da corrupção. Os dados mostram que os efeitos que fluem diretamente da qualidade das instituições são freqüentemente maiores do que aqueles que decorrem da produtividade e do crescimento econômico (Helliwell in Frey e Stutzer, 2002a).

Uma outra razão para a abordagem da felicidade é o entendimento da formação do bem-estar subjetivo. O estudo em felicidade pode ampliar os conceitos e hipóteses básicas na teoria econômica, como por exemplo, se as pessoas podem prever com sucesso suas utilidades futuras ou se as auto-avaliações das utilidades individuais previstas ou lembradas são consistentes. Baseado em dados de bem-estar subjetivo reportado é possível discutir questões como: “as pessoas conscientemente maximizam suas utilidades?” ou “Os indivíduos podem, com sucesso, prever suas preferências e utilidades futuras?”. Estas questões estão muito

próximas de programas de pesquisa de cientistas preocupados com o comportamento econômico (Frey e Stutzer, 2005).

Além disso, a abordagem da felicidade pode ajudar a resolver problemas empíricos que a teoria econômica tradicional encontra dificuldade em solucionar. Um paradoxo que necessita ser explicado é, por exemplo, que em vários países, desde a Segunda Guerra Mundial, a renda real cresceu drasticamente, no entanto, o bem estar subjetivo (informado pelos próprios indivíduos da população) não tem aumentado, e em alguns casos, tem experimentado um leve decréscimo. Além disso, em um dado ponto no tempo, renda maior é positivamente associada com pessoas mais felizes, porém, durante o ciclo de vida, a felicidade permanece mais ou menos inalterada. Um outro paradoxo a ser explicado é que, desde os primórdios, o trabalho foi considerado uma “carga” para os indivíduos suportarem, mas pesquisas empíricas em felicidade sugerem fortemente que o estar desempregado, mesmo quando se está recebendo a mesma renda, como se estivesse trabalhando, deprime o bem-estar das pessoas de forma considerável.

Frey e Stutzer (2005), afirmam que a abordagem da felicidade fornece uma nova maneira de discriminação entre modelos que predizem os mesmos padrões no comportamento, mas predizem padrões diferentes na utilidade experimentada. Essa evidência complementar ajuda na rejeição de modelos particulares e suas recomendações de política. Os mesmos autores ainda dividem o estado da pesquisa em felicidade em presente e futuro.

O estado presente da abordagem é guiado pela questão: como se pode afetar a felicidade? *versus* algum fator dito como esperado, como desemprego, renda ou inflação pode afetar a felicidade humana?

O estado futuro é caracterizado por um enfoque na metodologia empírica. Entretanto, tal empirismo possui uma história muito curta dentro da economia da felicidade. Em meio às barreiras e dificuldades encontradas, algumas questões têm sido inseridas na análise do bem-estar através da felicidade, é o caso de: (a) estudar a relação entre a discriminação da mulher no mercado de trabalho e seu nível de satisfação; (b) entender a interdependência no bem-estar à nível das famílias; (c) testar como vários indicadores de qualidade de vida, como crime e qualidade ambiental, relacionam-se com o bem-estar individual; (d) analisar se o capital social tem efeitos externos positivos (externalidades positivas) no bem-estar das pessoas.

Espera-se que a abordagem da felicidade, em um futuro próximo, possa explicar como a felicidade afeta o comportamento individual, já que os níveis de bem-estar subjetivo podem influenciar em muitas decisões econômicas relevantes, como atividades de consumo, comportamento no trabalho, riscos na tomada de investimento ou até mesmo no compromisso de políticos ou no comportamento de eleitores.

Graham (2005) também explicita algumas áreas selecionadas onde a economia da felicidade pode ser aplicada. Apesar de reconhecer que existem inúmeras áreas de aplicação, cita alguns casos mais relevantes. Vários estudos têm tentado, como já visto, separar os efeitos da renda daqueles causados por outros fatores endógenos, como por exemplo, a satisfação no ambiente de trabalho, no bem-estar dos agentes econômicos. Estudos sobre ganhos inesperados na loteria encontraram que esses ganhos isolados têm efeitos positivos na felicidade, embora não esteja claro se esses efeitos têm natureza duradoura. Outros estudos têm explorado a direção contrária da casualidade, e encontram que, pessoas com um nível de felicidade maior tendem a ter um desempenho mais satisfatório no trabalho que desenvolvem e tendem a ganhar mais renda no futuro (Graham, 2005).

Uma pergunta que ainda está em debate em economia é como a desigualdade de renda afeta o bem-estar individual. Interessantemente, os resultados divergem entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Vários estudos nos Estados Unidos e Europa têm mostrado que a desigualdade tem efeitos modestos ou insignificantes na felicidade. Alesina et al. in Graham (2005) afirmam que a combinação de resultados pode refletir o fato da desigualdade vir a ser um sinal de oportunidade futura e mobilidade social, como também, pode ser um sinal de injustiça social. Entretanto, estudos recentes para a América Latina concluíram que a desigualdade tem um efeito negativo no bem-estar dos pobres e um efeito positivo no bem-estar dos ricos.

A abordagem da felicidade também pode aprofundar o entendimento sobre a pobreza. A teoria do ajuste sugere que um indivíduo necessitado pode ser muito feliz, dentro de um conjunto de fatores não-econômicos que o rodeia. Enquanto isto contradiz o resultado padrão encontrado na literatura, isto é, as pessoas pobres são menos felizes que as pessoas mais ricas, isto pode indicar o papel que as baixas expectativas atuam no sentido de explicar pobreza persistente em alguns casos. Uma situação que pode ser tida como de pobreza em um contexto pode não ser em outro. Pessoas que estão à cima da linha de pobreza podem se auto-

identificar como pobres, enquanto aqueles que estão abaixo dessa linha podem se auto-identificar como não sendo pobres. Além do que, o bem-estar daquelas pessoas que conseguiram escapar da linha de pobreza está freqüentemente enfraquecido pela insegurança de poder volta à pobreza novamente. Dados sobre a renda não podem revelar a vulnerabilidade destes indivíduos, porém, dados de felicidade mostram que esta insegurança tem fortes efeitos negativos em seu bem-estar.

Planos políticos também são importantes no contexto do bem-estar. Boa parte da literatura acha que a confiança e a liberdade têm efeitos positivos na felicidade dos cidadãos. Pesquisas empreendidas na Suíça concluíram que o bem-estar é positivamente influenciado pela participação direta na democracia. Já na América Latina, estudos encontraram que existe uma forte correlação positiva entre felicidade e preferência pela democracia (Graham, 2005).

Em suma, a economia da felicidade abrange diversas áreas de estudo, principalmente aquelas ligadas à estimação do bem-estar individual e social, e surge como um complemento à Teoria Econômica tradicional, uma vez que incorpora a esta o papel de variáveis não econômicas, mas que têm um importante papel, na determinação da satisfação de vida dos indivíduos.

2.5 Como a Abordagem da Felicidade tem sido implementada na Teoria Econômica

Mensurações normalmente são realizadas através de avaliações externas e impessoais. Até o presente momento, sabe-se que a felicidade não pode ser medida dessa forma. Também não existe nenhum comportamento público que possa ser usado para indicar o prazer subjetivo com a vida (Veenhoven, 2003).

Assim como muitos fenômenos ligados à atitude, a felicidade é refletida apenas parcialmente no comportamento. Embora algumas particularidades de comportamento social tendem a ser mais freqüentes entre os mais felizes, como por exemplo, vigor, extroversão, amabilidade, tais condutas também são encontradas em algumas pessoas infelizes. Outrossim, comportamentos não verbais, tais como sorriso freqüente e movimentos de entusiasmo, parecem estar apenas moderadamente ligados à felicidade que os indivíduos informam experimentar. Conseqüentemente, estimativas de felicidade dos indivíduos pelo exame de seu comportamento superficial são freqüentemente errôneas.

Uma vez que as conclusões através do comportamento público dos indivíduos são incertas quando se deseja saber o grau de felicidade de uma pessoa, ou seja, saber se essa pessoa se sente feliz ou infeliz com a vida que tem levado, deve-se fazê-lo através de um questionamento (Veenhoven, 2003).

Uma abordagem subjetiva da utilidade, e que constitui a base das pesquisas em felicidade, tem como hipóteses iniciais que todos os indivíduos têm uma idéia do que venha a ser felicidade e que o comportamento observado (preferência revelada) é um indicador incompleto do bem-estar individual.

A maioria das abordagens em economia da felicidade assume que as pessoas podem julgar, elas mesmas, o quão felizes elas se sentem com a vida. Medidas de auto-informação são reconhecidas como sendo uma reflexão de pelo menos quatro fatores: circunstâncias, aspirações, comparações com outros indivíduos, e disposição para responder às perguntas (Blanchflower e Oswald, 2004).

O método em que se baseia a economia da felicidade são as pesquisas indivíduo a indivíduo. As pessoas são perguntadas sobre o quanto estão satisfeitas com sua vida. Como anteriormente ressaltado, esse método implica que se deve confiar no julgamento das pessoas diretamente envolvidas. Por essa razão, os indivíduos são considerados como sendo os melhores “juizadores” da qualidade global de suas próprias vidas, e esta é uma estratégia direta para pergunta-lhes sobre seu bem-estar. Com a ajuda de uma única, ou de várias perguntas, é possível obter indícios da avaliação dos indivíduos a cerca da sua satisfação de vida ou nível de felicidade. As pessoas avaliam seu nível de bem-estar subjetivo com respeito às circunstâncias e comparações com outras pessoas, suas experiências passadas e expectativas futuras. Assim, estimções de bem-estar subjetivo podem servir como uma *proxy* para a utilidade.

A felicidade dos indivíduos, ou sua satisfação com a vida, pode ser captada em amplas pesquisas, ou entrevistas. As perguntas feitas, ferramenta crucial nas pesquisas em felicidade e na mensuração do bem-estar, são baseadas na inovação pioneira de Cantril (1965), que tem fundamentado inúmeras pesquisas em psicologia, sociologia e economia no mundo inteiro. A questão proposta por Cantril (1965) é a seguinte:

“Aqui está um quadro com uma escala de ascensão social, representando a escala de ascensão de vida. Digamos que o topo da escala (grau 10) representa a melhor condição de vida possível para você, e a base da escala (grau 1) represente a pior condição de vida possível para você. Onde na escala você sente que está atualmente?(Por favor, marque um X em apenas um quadrado).

Exemplos de questões são mostrados a seguir, cabendo salientar que a estrutura das questões é fundamentada na questão original de Cantril (van Praag e Baarsma, 2005).

Um exemplo importante de uma única questão foi usado no *General Social Surveys*, que usou uma escala com três pontuações. Fez-se a seguinte pergunta: “*Dado o contexto geral de sua vida, como você diria que as coisas estão nesses dias – você diria que está muito feliz, consideravelmente feliz, ou não muito feliz?*”.

A satisfação de vida é avaliada numa escala de um (insatisfeito) a dez (satisfeito) no *World Values Survey*. As pessoas respondem à seguinte questão: “*Considerando todas as coisas, o quanto satisfeito você está com sua vida nesses dias?*”.

A *Eurobarometer Surveys*, que inclui os membros da União Européia, fez uma pergunta similar à anterior: “*No geral, você está bastante satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito, ou insatisfeito com a vida que você tem levado?*”. Entre as várias abordagens, a mais notável é a *Satisfaction With Life Scale*, composta por cinco perguntas, avaliadas numa escala de 1 a 7 (Frey e Stutzer, 2002a).

Graham (2005) reitera que as pesquisas em felicidade são baseadas em questões onde os indivíduos são perguntados: “*Falando de um modo geral, você está feliz com a sua vida?*” ou “*O quanto satisfeito você está com sua vida?*”; com as respostas possíveis se enquadrando numa escala de 4 a 7 pontos.

Através dessas perguntas é possível fazer análises descritivas sobre a felicidade individual de acordo com as características dos indivíduos entrevistados, uma vez que, em geral, além do nível de satisfação com a vida, os agentes econômicos são perguntados sobre particularidades econômicas, sociais e institucionais. Todavia, estudos recentes na área de economia da felicidade têm alçado um novo horizonte: o campo empírico. O método comumente utilizado para estudar a felicidade empiricamente é mostrado a seguir.

Assumindo que o bem-estar subjetivo informado é uma medida empírica adequada para estimar bem-estar humano, este pode ser modelado em uma função micro-econométrica de felicidade da seguinte forma [ver Frey e Stutzer (2002a); Frey e Stutzer (2002b); Graham (2005); van Praag e Baarsma (2005)]:

$$W_{it} = \alpha + \beta X_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde W_{it} é o bem-estar informado do indivíduo i no tempo t e X_{it} é um vetor de variáveis conhecidas ($X = x_1, x_2, \dots, x_n$), incluindo características sócio-econômica-demográficas, como também restrições institucionais para o indivíduo i no tempo t . As características inobserváveis e erros estimados são captados no termo de erro (ε_{it}). O nível de felicidade informado é normalmente, quando da análise empírica, representado por códigos, por exemplo, numa estrutura de respostas possíveis tais como “não me sinto feliz”, “sinto-me feliz” e “sinto-me muito feliz”, os estudiosos atribuem valor 1 para a primeira resposta, valor 2 para a resposta “sinto-me feliz” e valor 3 para o nível de satisfação mais elevado.

Pelo fato das respostas nas pesquisas em felicidade serem ordinais, ao invés de cardinais, elas são melhor analisadas através da estimação via modelos logit, no entanto, vários estudos aplicam o modelo OLS (Mínimos Quadrados Ordinários) como ferramenta de estimação. O modelo estimado permite analisar cada fator que está correlacionado com o bem-estar subjetivo, separadamente. Esta abordagem tem sido aplicada com êxito em vários estudos relacionados com economia da felicidade [ver Frey e Stutzer, (2002a); Blanchflower e Oswald (2004); Graham (2005); van Praag e Baarsma (2005); Veenhoven (2007b)].

A abordagem apresenta vários desafios metodológicos. Como os dados de pesquisa subjetiva são baseados em opiniões individuais, eles estão propensos a uma variedade de vieses sistemáticos e não sistemáticos. Então, é necessário ser verificado se as pessoas estão realmente dispostas a dar respostas significativas a cerca do seu bem-estar. Além disso, o bem-estar subjetivo informado pode depender da ordem das questões, do estilo das perguntas, das escalas aplicadas, do humor atual dos entrevistados e da seleção da informação processada. A relevância desses erros vai depender do uso planejado dos dados. Como os

resultados da estimação em economia da felicidade não são usados para comparar níveis de felicidade em sentido absoluto, os dados subjetivos podem ser tratados ordinariamente em uma análise econométrica, de forma que, quanto maior o nível de bem-estar subjetivo informado maior será o nível de bem-estar individual.

Como já foi observado, as características não-observáveis e os erros estimados são captados pelo termo de erro ε_{it} . Eles são a fonte de vieses potenciais, principalmente características pessoais não-observadas e erros estimados correlacionados. Entretanto, muitos equívocos nas respostas dos entrevistados são aleatórios, e assim, não influenciam nos resultados da estimação. Para algumas perguntas, uma razão para vieses em funções micro-econômicas de felicidade pode ser relevante: a correlação de erros estimados com características individuais. Uma relação estatística observada pode então refletir uma falsa correlação. Esses vieses podem ser corrigidos ou atenuados via a fixação de efeitos individuais e quando dados de painel estão disponíveis.

Graham (2005) ressalta que este tipo de regressão tipicamente fornece um coeficiente de determinação (R^2) menor do que os economistas estão acostumados a utilizar, refletindo o fato de que emoções e outros componentes do verdadeiro bem-estar estão influenciando os resultados, além das variáveis que podem ser estimadas, como a renda, educação, condição de emprego, casamento, etc. É importante ressaltar também que, os coeficientes produzidos por modelos logit são consideravelmente semelhantes àqueles fornecidos por estimações via Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (OLS), quando baseadas nas mesmas equações.

Nesse contexto, o quinto capítulo desse trabalho mostra uma aplicação da abordagem da felicidade para as cidades de Recife e Igarassu, localizadas no estado de Pernambuco. O método utilizado na referida aplicação envolve os conceitos e a metodologia explicitados até agora, bem como compreende outros procedimentos descritos no referido capítulo.

3 VARIÁVEIS ECONÔMICAS E INSTITUCIONAIS E SUA INFLUÊNCIA NO BEM-ESTAR SUBJETIVO

Medidas de bem-estar subjetivo (felicidade) têm sido utilizadas como representações de utilidade, ou seja, a condição de existência da abordagem da felicidade é que para muitos propósitos, felicidade ou bem-estar subjetivo informado é uma aproximação empírica da utilidade individual (Frey e Stutzer 2002a).

Assim, é possível e de suma importância estudar efeitos econômicos e institucionais na felicidade. Alguns desses efeitos são analisados na presente seção desse estudo. A análise é embasada no campo teórico, como também, alicerçada em estudos empíricos realizados por diversos autores nas principais economias mundiais.

3.1 Efeitos da Renda na Felicidade

O paradoxo de Easterlin (1974), considerado por muitos como marco histórico do surgimento da abordagem da felicidade, tem como principal discussão, a relação entre a renda per capita dos países e seus respectivos níveis de felicidade informados. Em sua forma mais simples, esse paradoxo afirma que acima de um nível muito baixo de renda, crescimento econômico não implica em bem-estar humano. A explicação para esse paradoxo é que as pessoas consideram seu nível de riqueza não em termos absolutos, mas em termos relativos. Uma vez que os indivíduos consideram suas riquezas em relação às riquezas de outros, qualquer aumento na renda real entre os indivíduos tem um efeito reduzido (Coyne e Boettke, 2006). Essa tem sido a explicação geralmente encontrada para o paradoxo de Easterlin. No entanto, vários estudos têm sido desenvolvidos no intuito de explicá-lo de forma científica e com argumentos que sejam menos contestados quando da análise do assunto.

Segundo Frey e Stutzer (2002a) o estudo da relação entre renda e felicidade deve considerar três pontos principais: (i) indivíduos com renda mais elevada em um dado momento são mais felizes que aqueles com renda menor? (ii) aumentos de renda com o passar do tempo aumentam a felicidade? (iii) pessoas residentes em países ricos são mais felizes do que aquelas que moram em países pobres?

3.1.1 Diferença de Renda Individual e Felicidade

É incontestável que pessoas com uma renda maior possuem mais oportunidades de alcançar o que desejam, em particular essas pessoas podem comprar mais bens materiais e serviços. Além disso, elas possuem um maior *status* na sociedade. Assim, por analogia, renda maior gera maior utilidade e, conseqüentemente, os pobres são infelizes. Esta relação entre renda e felicidade em um ponto específico no tempo e em países específicos tem sido objeto de uma variedade de estudos empíricos. Um resultado robusto e geral é que pessoas ricas, na média, informam um maior nível de bem-estar subjetivo [como em Blanchflower e Oswald (2000, 2004); Frey e Stutzer (2000); Veenhoven (2007b)]. A relação entre renda e felicidade, tanto em regressões simples (incluindo apenas as duas variáveis) quanto em regressões onde uma série de outras variáveis é inserida (regressões múltiplas) mostra-se significativa. Nesse sentido, “renda compra felicidade”.

Frey e Stutzer (2002a) observaram essa relação para os Estados Unidos em dois períodos, 1972-1974 e 1994-1996, usando dados do *General Social Survey*. A felicidade média, como na maioria dos estudos, é calculada através de pontuações para a felicidade informada (“não se sente feliz igual a 1, “sente-se feliz igual a 2 e “sente-se muito feliz igual a 3). Em ambos os períodos, a média de felicidade (quanto maior, mais felizes são os indivíduos) aumenta com a renda. Assim, nos EUA, pessoas com renda maior são mais felizes. Resultado semelhante foi encontrado na Europa, quando foram utilizados dados do *Eurobarometer Survey Series* para o período de 1975-1991.

Contudo, incrementos na renda não fazem a felicidade aumentar infinitamente. A relação entre renda e felicidade parece ser não-linear. Existe uma utilidade marginal decrescente com a renda absoluta. O estudo para os EUA ainda revela que o mesmo aumento proporcional na renda produz um menor incremento na felicidade em níveis de renda mais altos. Estudos baseados no *World Values Survey* para os períodos de 1980-1982, 1990-1991 e 1995-1997, incluindo cerca de 87.000 observações, evidenciam a existência dessa utilidade marginal decrescente.

Diferenças de renda explicam apenas uma pequena proporção dos diferentes níveis de felicidade informada pelas pessoas. Nos EUA, por exemplo, a correlação simples entre as duas variáveis é consideravelmente baixa. Às vezes, esse resultado pode ser mal interpretado

e pode-se chegar à conclusão de que a renda não é relevante para a felicidade individual. Todavia, a importância da renda é avaliada com respeito ao tamanho do coeficiente numa análise multivariada. Um baixo coeficiente de correlação poderia indicar que outros fatores também são importantes no sentido de explicar o porquê de algumas pessoas serem mais felizes que outras. Mais especificamente, outros fatores econômicos (principalmente o desemprego) e não-econômicos exercem uma forte influência que vai além das consequências indiretas na renda.

Correlações não estabelecem causas. Pode ser que uma renda maior não seja necessariamente a razão das pessoas serem mais felizes, mas ao invés disso, pessoas mais felizes ganham mais renda (por gostarem de trabalhos mais árduos ou serem mais empreendedoras). Essa direção de causa foi testada tendo como base pessoas que ganharam renda inesperadamente (ganhadores de loteria, por exemplo). O resultado foi que no ano posterior aos ganhos inesperados, essas pessoas reportaram-se como mais felizes. Isto sugere que a relação de causa vai da renda para a felicidade. (Frey e Stutzer, 2002a).

Algumas razões podem justificar o porquê de renda mais alta não implicar simplesmente em maior felicidade (e na mesma proporção), no entanto, a mais importante é que os indivíduos comparam sua renda com a renda de outros indivíduos. Não é a renda absoluta que importa, mas como essa renda se insere num contexto de renda de outros. Esta ideia de renda relativa é um consenso em parte da teoria. Conceitos de preferências interdependentes devido a comparações com outros fatores suplementam o conceito mostrando que a preferência muda devido à comparação com, por exemplo, nível de consumo passado ou renda futura esperada. Easterlin (1974) usa o conceito de anseios como uma estrutura de referência para explicar felicidade. Ele reconhece que pessoas com renda mais alta, em média, são mais felizes, mas aumento de renda para todos não acrescenta felicidade globalmente, uma vez que quando as pessoas comparam sua renda com a de outras, a renda relativa não aumentou. Essa comparação se dá em termos de renda, consumo, posição social ou utilidade.

A hipótese de renda relativa traz consigo uma estrutura assimétrica de externalidade: pessoas mais ricas impõem um efeito externo negativo em pessoas mais pobres, mas isso não é recíproco [Veblen in Frey e Stutzer (2002a)].

Uma linha importante de pesquisa nesse assunto é conhecida como “funções de bem-estar individual”. Nessas pesquisas são estabelecidas relações cardinais entre renda e bem-estar através de perguntas feitas a indivíduos sobre mudança de renda para outros níveis de renda quantitativamente caracterizados (as respostas devem levar em conta a situação em relação à família e emprego). Cada indivíduo avalia sua renda em relação à pior situação possível e à melhor situação possível (de completa satisfação). Através dessa informação é possível mensurar para cada indivíduo: (a) a renda que é exigida para alcançar um nível médio de bem-estar e (b) a sensibilidade do bem-estar econômico informado antes de mudanças na renda.

As funções de bem-estar individual também têm sido estimadas para vários países. Alguns resultados interessantes foram encontrados: existe uma relação positiva entre o que as pessoas consideram como renda suficiente (para um nível de bem-estar médio) e sua renda presente. Essa relação mede o desvio de preferência devido a uma mudança na renda. Assim, o valor que as pessoas mais ricas consideram como renda suficiente é maior do que aquele valor que considerado pelas pessoas mais pobres. Frey e Stutzer (2002a) afirmam que alguns estudiosos duvidam que as pessoas usem critérios relativos ao informar seus níveis de felicidade, no entanto, no geral, essa é a visão predominante.

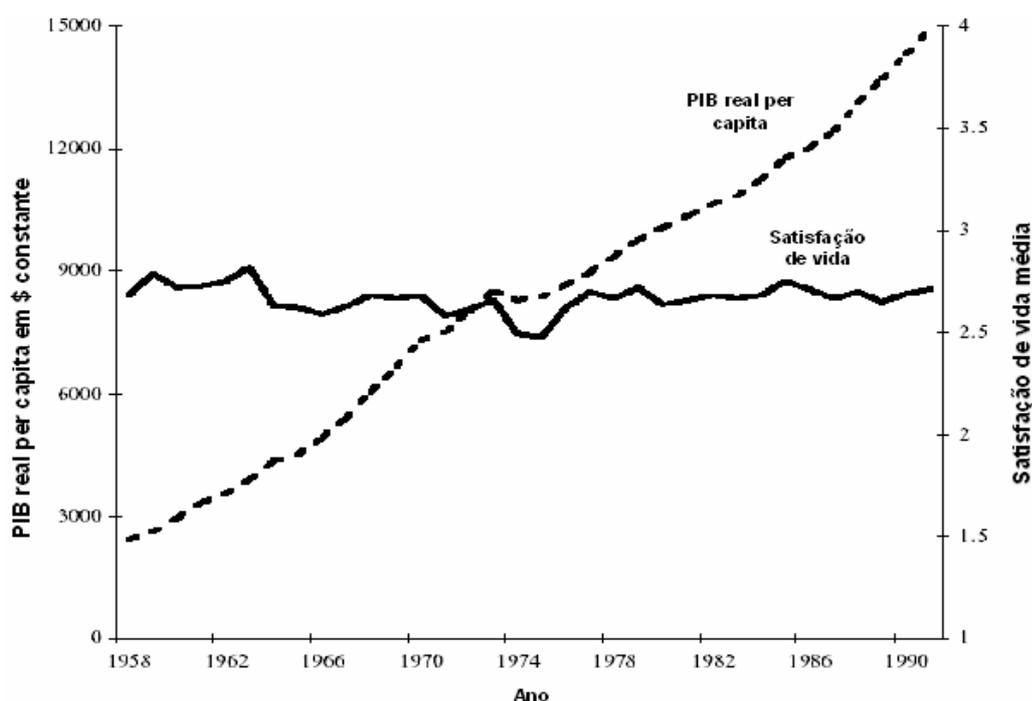
O efeito da distribuição de renda na felicidade tem sido raramente abordado, isso se deve, principalmente, à falta de dados apropriados. Veenhoven (2007b) mostra poucos estudos na área. No entanto, importante conclusão encontrada por Di Tella, MacCulloch e Oswald (2001) sugere que existe um grande efeito negativo da desigualdade na felicidade do povo europeu, mas isso não ocorre nos Estados Unidos. Isto poderia ser explicado pelo fato dos europeus terem uma alta aversão à desigualdade, ao contrário dos americanos (Frey e Stutzer, 2002a, 2002b).

3.1.2 Felicidade e Renda no tempo

Frank (2005) observou o que muitos estudiosos, como Blanchflower e Oswald (2000) e Easterlin (1974), já haviam antes observado: enquanto a renda per capita em países como Estados Unidos, Bélgica e Japão aumentou notoriamente ao longo das últimas décadas, o nível médio de felicidade, ou permaneceu constante, ou, em alguns casos, diminuiu no mesmo período de análise.

Considere o exemplo do Japão, que era um país muito pobre em 1960 (Frank, 2005). Desde então, sua renda per capita vem aumentando de forma significativa (de 1958 a 1991, a renda per capita no Japão foi multiplicada por seis) estando hoje no patamar de renda per capita das principais nações industrializadas. No entanto, o nível médio de felicidade informado não tem acompanhado essa mudança na renda, o bem-estar subjetivo informado pelos japoneses nos dias de hoje não é diferente daquele informado em 1960. Eles têm muito mais máquinas de lavar, carros, câmeras digitais, e outros bens com alta tecnologia, no entanto, não se tem registrado ganhos significantes na escala de felicidade (ver figura abaixo).

Figura 3.1. Satisfação com a vida e renda per capita no Japão (1958-1991)



Fonte: Veenhoven (2007a)

A mesma relação é encontrada para os Estados Unidos. Entre 1972-1974 e 1994-1996, a média global de renda real na amostra cresceu cerca de 19,1%, todavia, a felicidade global média experimentou uma ligeira queda, de 2,21 para 2,17 (Frey e Stutzer, 2002a).

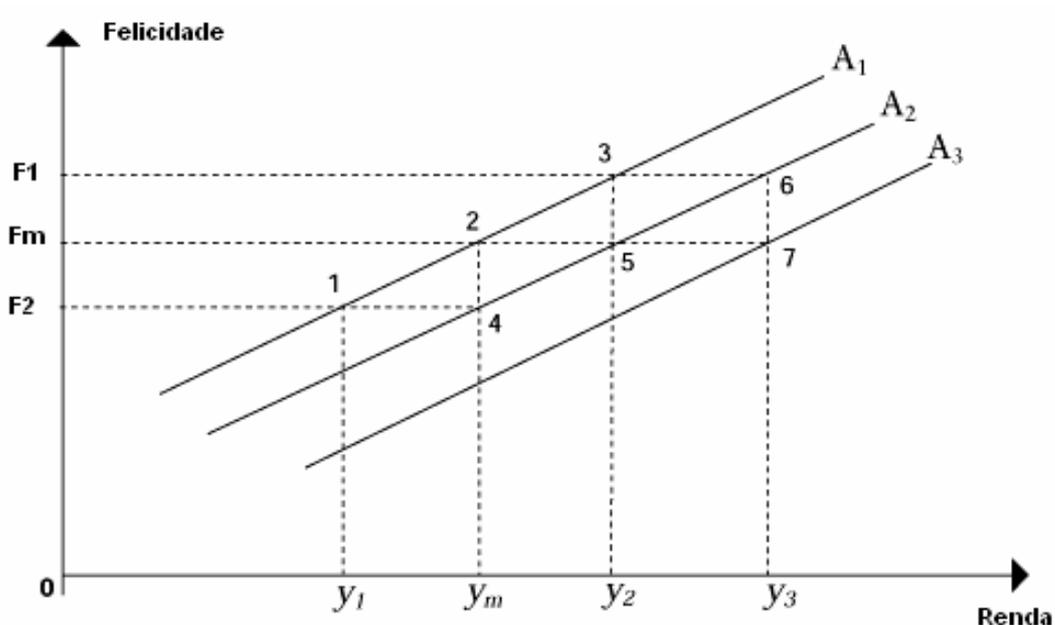
Frey e Stutzer (2002a) destacam algumas conclusões a serem feitas com base nos casos dos EUA e Japão. Uma delas é a desconsideração da evidência descritiva, em razão de que: (a) em outros países como a Dinamarca, Alemanha e Itália, que também experimentaram aumentos na renda real per capita, o nível de felicidade médio informado aumentou (mesmo

que de forma reduzida) nos anos 70 e 80; (b) a mesma depende do período de observação se um pequeno aumento ou decréscimo no bem-estar subjetivo informado é medido. Além disso, a relação apresentada entre renda e felicidade ao longo do tempo não é *ceteris paribus*. No entanto, para os EUA, uma tendência negativa no tempo também é encontrada quando características individuais são inseridas na estimação. Isto pode ser entendido como uma indicação de que existem mais fatores que devem ser analisados além do nível de renda.

Um dos mais importantes processos pelo qual as pessoas têm de passar é o ajustamento de experiências passadas. O ser humano está pouco disposto a fazer julgamentos absolutos, ele está sempre fazendo comparações do passado ou de suas expectativas futuras (Frey e Stutzer, 2002a). Assim, ele observa e reage de acordo com desvios nos níveis de aspiração. É do conceito de aspirações que surge uma explicação para o paradoxo de Easterlin.

De acordo com a teoria do nível de aspiração, a felicidade é determinada pela diferença entre aspiração e realização. Easterlin (2001) observa que os indivíduos, independentemente da origem sócio-econômica, ao se tornarem adultos, têm o mesmo grau de aspirações materiais (A_1). Aqueles indivíduos de renda mais elevada terão mais condições de realizar seus desejos e, portanto, serão, na média, mais felizes. Isso pode ser visto na figura 3.2, onde indivíduos com renda igual a y_m são mais felizes que indivíduos com renda y_1 .

Figura 3.2. Felicidade, renda e aspirações



Fonte: Easterlin (2001)

No entanto, com o passar do tempo, as aspirações se ajustam ao nível de renda maior. E a curva de aspirações sai de A₁ para A₂. Dessa forma, indivíduos que aumentam a renda (de y₁ para y_m) não experimentam um maior nível de felicidade se a curva de aspiração se deslocar de A₁ para A₂. A teoria do nível de aspiração sugere que aumentos na renda e nos níveis de aspiração são conectados. Assim, o bem-estar subjetivo permanece o mesmo por que mudanças nas aspirações e na renda ocorrem no mesmo sentido, o que acaba minimizando os efeitos sobre o bem-estar.

Partindo desse raciocínio, Easterlin (2001) procura explicar por que os indivíduos, mesmo que o bem-estar subjetivo se mantenha constante, tendem a achar que estiveram em situação pior no passado e que, no futuro a situação será melhor (assimetria na evolução da felicidade com respeito ao passado e ao futuro). A explicação para tal assimetria está no fato de que as pessoas consideram as aspirações presentes, no dado momento da resposta, em um ponto fixo do tempo.

Suponha um indivíduo que esteja num nível de felicidade F_m e que sai do nível de renda y_m para y₂, e que a curva de aspiração se desloque de A₁ para A₂. Quando esse indivíduo, no ponto cinco, é perguntado sobre sua situação no passado, ele responderá com

base em A_2 e não em A_1 . Uma vez que suas aspirações se elevaram, ele avalia sua renda anterior, que era menor, tendo como base sua nova função de utilidade, A_2 , e assim, acredita que y_m só lhe proporcionava F_2 , quando na verdade lhe era proporcionado F_m .

3.1.3 Felicidade e Renda entre diferentes países

Vários estudos fornecem evidências de que, na média, pessoas que vivem em países ricos são mais felizes que as que vivem em países pobres. A diferença de renda entre os países tem sido medida através do uso de conversão para o dólar, utilizando taxas de câmbio e paridades de poder de compra a fim de controlar as disparidades internacionais no custo de vida (Krugman e Obstfeld, 1999). Segundo Inglehart (2000), o *World Values Survey* é, atualmente, a melhor fonte de dados disponível para comparações internacionais de satisfação de vida.

Dados do *World Values Survey* para os anos 90 mostram que o bem-estar subjetivo informado parece aumentar com a renda. Vários autores [ver Frey e Stutzer (2002a, 2002b, 2005)] identificam uma relação côncava: a renda implica felicidade em baixos níveis de desenvolvimento, mas uma vez que um limite é alcançado, o nível de renda médio em um país tem um pequeno efeito no bem-estar subjetivo médio.

Uma análise descritiva da relação entre renda e felicidade entre os países é, todavia, de valor limitado. A correlação positiva pode ser produzida por outros fatores além da renda. Particularmente, países com maior renda per capita tendem a possuir democracias mais estáveis que países pobres, um nível maior de saúde e uma preocupação maior em assegurar os direitos humanos básicos. Os efeitos de variáveis institucionais na felicidade serão analisados mais adiante.

As evidências empíricas disponíveis sugerem que entre países, renda e felicidade são correlacionadas, mas o efeito é pequeno ou reduzido. Isto indica que por um lado outros fatores podem ser importantes para explicar diferenças no bem-estar subjetivo entre nações, e por outro lado, a noção de que pessoas em países pobres são mais felizes por que vivem sob condições menos estressantes é um mito (Frey e Stutzer, 2002a).

3.2 Efeitos do Desemprego

*“O estado de desemprego deprime mais o bem-estar do que qualquer outra característica, inclusive eventos considerados negativos como divórcio e separação”*⁸.

Uma outra variável econômica que tem sido vastamente utilizada para explicar diferenciais de felicidade é o desemprego. A análise é realizada observando os efeitos do desemprego pessoal e do desemprego global, ou seja, como o fato de alguém estar desempregado afeta no seu bem-estar subjetivo e, como a felicidade dos indivíduos é afetada numa sociedade com elevadas taxas de desemprego.

Informações sobre o bem-estar subjetivo ajudam na identificação do nível de utilidade de uma pessoa desempregada. Di Tella, MacCulloch e Oswald (2001), usando dados⁹ de doze países europeus no período de 1975-1991, analisaram como pessoas, em particular, são afetadas pelo seu estado de desemprego. A análise usou além do desemprego, uma série de outros determinantes de felicidade, como renda e educação. O resultado encontrado é que pessoas desempregadas informam possuir um nível de felicidade muito menor que pessoas que estão empregadas com as mesmas características. Resultado similar também é encontrado por Blanchflower e Oswald (2004) para uma amostra de aproximadamente 16.000 adultos nos Estados Unidos.¹⁰

Nesse contexto, algo que pode ser discutido é se a relação de causa está sendo posta da forma correta, ou seja, se é realmente o desemprego que diminui a felicidade, ou se é o nível baixo de felicidade que leva o indivíduo a ficar desempregado. Nota-se que independentemente da direção de causa, a correlação negativa entre desemprego e felicidade é estável. Estudos evidenciam realmente que pessoas infelizes tendem a desempenhar suas funções de forma menos eficiente que as pessoas mais felizes, assim, os trabalhadores mais

⁸ Clark e Oswald (1994, pág. 655)

⁹ Dados do *Eurobarometer*.

¹⁰ Esses resultados se referem ao efeito isolado de ser desempregado. A perda de renda, assim como, outros efeitos indiretos do desemprego são controlados por outras variáveis.

felizes têm uma probabilidade menor de serem despedidos. Todavia, a casualidade principal parece claramente partir da felicidade para o desemprego¹¹.

Uma vez que o nível de bem-estar subjetivo de pessoas desempregadas não pode ser explicado por um nível menor de renda, nem pela personalidade inerente às pessoas menos felizes, pode-se pensar em fatores psicológicos e sociais (custos não-monetários) para explicar a queda na felicidade ocasionada pelo desemprego pessoal.

O desemprego pessoal produz depressão e ansiedade, o que acarreta numa perda de auto-estima e num descontrole emocional. Para aquelas pessoas que se envolvem muito no trabalho que desenvolvem, esse “peso” do desemprego é ainda maior. Esses efeitos do desemprego são chamados de custos psicológicos, os quais tendem a tornar os indivíduos desempregados menos felizes.

Numa situação de desemprego global, os indivíduos podem informar que são infelizes, ainda que eles próprios não estejam fora do mercado de trabalho. O declínio no grau de felicidade¹² pode estar ligado: (i) à preocupação com os outros indivíduos desempregados; (ii) à possibilidade deles próprios experimentarem o estado de desemprego no futuro; (iii) a repercussões na economia e na sociedade em geral; (iv) à incidência de crimes e ao aumento da tensão social; (v) à ameaça de protestos e revoluções. Esses fatores constituem o que se denomina custo social.

Uma avaliação mais completa e confiável dos efeitos do desemprego na felicidade deve levar em conta a interação entre a influência do desemprego pessoal e global. Uma vez que, estar desempregado em uma sociedade onde a maioria das pessoas está na mesma situação, tende preservar a auto-estima, diminuindo assim os custos psicológicos (já que a culpa de estar fora do mercado de trabalho não é especificamente do próprio indivíduo, pelo contrário, está mais ligada a desequilíbrios gerais na economia). Assim como na renda, o fator relatividade é notoriamente importante.

¹¹ Resultados comprovados por um estudo, que fez uso de dados de painel (*panel data*) para a Alemanha, desenvolvido por Winkelmann e Winkelmann (1998).

¹² Di Tella, MacCulloch e Oswald (2001) testaram a influência da taxa de desemprego na felicidade, no estudo já mencionado nesse trabalho, e concluíram que a elevação na taxa de desemprego ocasiona um efeito negativo considerável no bem-estar subjetivo informado.

3.3 Inflação e Felicidade

A maior contribuição para a economia da felicidade referente à análise da relação entre inflação e bem-estar subjetivo pode ser atribuída ao estudo de Di Tella, MacCulloch e Oswald (2001). O efeito encontrado para aumentos generalizados e contínuos nos preços é significativamente negativo para o nível e felicidade informado. Acréscimo de cinco pontos percentuais (5,0%) na inflação geraria decréscimo no bem-estar subjetivo informado na ordem de 0,05.

Robert Shiller in Frey e Stutzer (2002a) afirma que os indivíduos parecem desconsiderar alguns efeitos da inflação considerados como benéficos pelos economistas, como é o caso da inflação poder aumentar a renda nominal da sociedade. No entanto, a pesquisa, do mesmo autor, revela que outros conceitos são geralmente negligenciados pelos economistas, como é o caso da inflação gerar um enfraquecimento da base moral de uma sociedade, bem como, produzir caos político e econômico.

O célebre *trade-off* entre inflação e desemprego foi também objeto do estudo Di Tella, MacCulloch e Oswald (2001) no contexto da pesquisa em felicidade. Como já explicitado nesse trabalho, o resultado encontrado é que se um país deseja manter o nível de satisfação da população inalterado, calcula-se que o aumento de um ponto percentual na taxa de desemprego deve ser compensado por uma queda de 1,7% na taxa de inflação.

3.4 Influência de algumas Variáveis Institucionais no Bem-Estar subjetivo

Como já ressaltado, além das variáveis econômicas, outras variáveis de caráter institucional têm impacto sobre a felicidade. Dentre elas, destacam-se as regras constitucionais vigentes em um país, mais especificamente, é estudado o efeito da democracia no bem-estar subjetivo.

As conseqüências de regras democráticas em economia têm sido analisadas principalmente no que diz respeito a seus efeitos no crescimento econômico. Os dados disponibilizados pelas pesquisas em felicidade permitem observar a interação existente entre democracia e felicidade. Até que ponto uma constituição é democrática e permite que os cidadãos que estejam sujeitos a ela possam tomar decisões de acordo com suas próprias

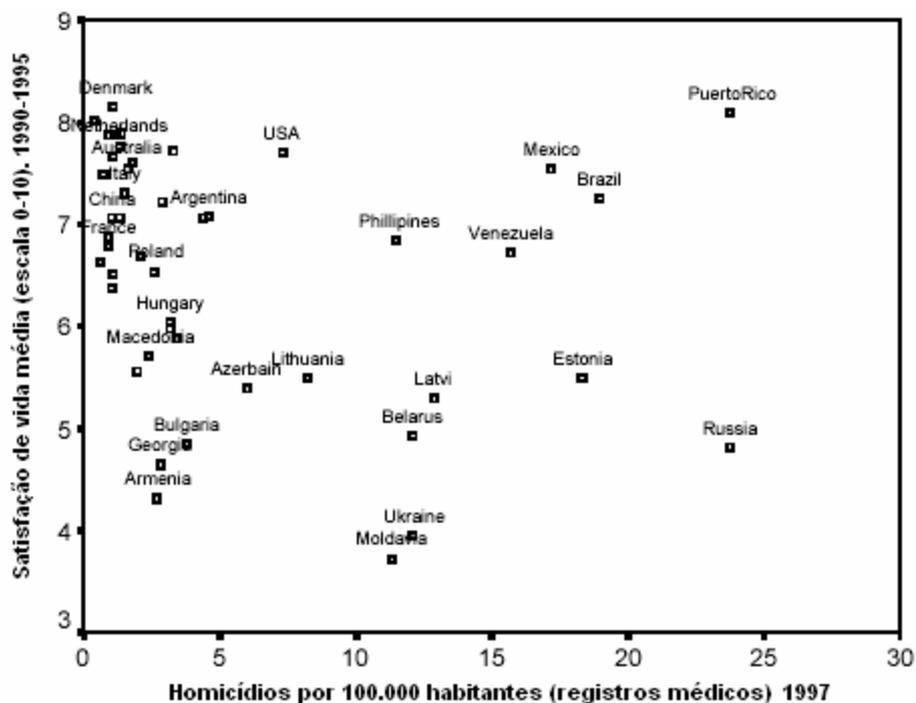
preferências, é o principal fator determinante da relação a ser analisada. Esse conceito envolve três questões-chave: (i) liberdade política, que mede a possibilidade de cidadãos fazerem parte do processo democrático, ou seja, avalia o grau de restrição de participação política; (ii) Liberdade econômica, que engloba a possibilidade de troca de bens, serviços e mão-de-obra, sem restrições de mercado; e (iii) Liberdade pessoal, no sentido de poder escolher livremente a religião a ser seguida, e que seja garantido o direito de “ir e vir”.

As constituições que aumentam a possibilidade de participação direta da sociedade em decisões de ordem pública, via voto popular, tendem a aumentar o bem-estar subjetivo dos cidadãos. Efeito similar também é encontrado em Estados onde existe um maior grau de descentralização (Frey e Stutzer, 2000).

A influência de inúmeras outras variáveis institucionais no bem-estar tem sido analisada dentro do contexto da economia da felicidade. Dentre essas variáveis pode-se citar: idade, nível de escolaridade, estado civil, a presença de filhos, etnia, gênero, círculo de amizades, tempo dedicado ao lazer, vida amorosa, saúde mental, migração, condição de saúde, religião, atividade sexual e violência.

A criminalidade sempre foi mencionada como uma ameaça potencial para a felicidade, ao lado da desigualdade social. A maioria das pessoas opina que o ritmo de vida crescente tende a diminuir a deprimir a felicidade nas sociedades modernas. As opiniões são fortes, no entanto, a evidência empírica é surpreendentemente fraca. Existe muita preocupação com a violência, principalmente nos últimos anos, quando a média de assassinatos em vários países aumentou consideravelmente, todavia, existe uma dúvida: esse crescimento da criminalidade reduz a felicidade nos países que experimentam crescimento em índices de violência?

Figura 3.3. Felicidade e taxa de homicídios em 55 países anos 90.



Fonte: Veenhoven (2003).

Analisando a figura 3.3, é possível comparar o nível de felicidade informado nas nações com diferentes graus de criminalidade (expressa pela taxa de homicídio). Embora exista uma tendência de felicidade mais baixa nas nações com mais homicídios, essa tendência é moderada (algo em torno de $-0,36$) e não está muito bem visível. Esse resultado inesperado poderia ser causado pelas nações latino-americanas, onde as pessoas reportam-se como bastantes felizes apesar das elevadas taxas de homicídios. A cultura latina possivelmente envolve alguns compensadores que fazem como que se tenha esse resultado (Veenhoven, 2003).

A fim de separar o caso latino, Veenhoven (2003) dividiu os países em três grandes grupos: nações ocidentais ricas, antigos países comunistas e América Latina. No entanto, ainda não se encontrou muita relação entre felicidade e criminalidade nesses subconjuntos de países.

Um outro exame foi empreendido pelo referido estudo: a comparação de dados, ao longo do tempo, a fim de analisar se o crescimento nas taxas de homicídios foi acompanhado por declínio nos níveis de bem-estar subjetivo informado. A conclusão é que não existe evidência para tal suspeita. Os níveis de felicidade informada aumentaram durante as últimas décadas na maioria das nações ocidentais e, inclusive, naqueles países que experimentaram um crescimento na criminalidade, como é o caso dos Estados Unidos.

O resultado completo dos estudos que englobam essas variáveis institucionais e outras que não foram elencadas pode ser visto em Veenhoven (2007b). A análise é feita com base em estudos de vários autores que aplicam a abordagem da felicidade em diversos países.

4 A ABORDAGEM DA FELICIDADE NO MUNDO

Apesar do uso recente da ferramenta da abordagem da felicidade na avaliação do bem-estar, vários estudos têm sido implementados em todo mundo a fim de avaliar o bem-estar subjetivo dos indivíduos e, com base nele, fornecer uma representação do bem-estar que leve em consideração fatores de ordem objetiva e subjetiva.

Dados sobre nível de felicidade informado para uma série de nações em todo mundo são apresentados em Veenhoven (2007a, 2007b). É mostrado na tabela 4.1 um *ranking* do nível de felicidade média por país. Os dados são provenientes da resposta dos indivíduos para a seguinte pergunta “Analisando sua vida como um todo, como você avalia sua satisfação com a vida numa escala de 0 a 10?” Respondendo 10, o indivíduo está informando que experimenta o maior nível possível de satisfação com a vida, e respondendo 0, indica que o indivíduo encontra-se totalmente insatisfeito com a vida que tem levado.

Tabela 4.1. Média de felicidade por país no período de 1995-2005.

Posição	País	Felicidade média informada (0-10)
1	Dinamarca	8,2
2	Suíça	8,1
3	Áustria	8,0
4	Islândia	7,8
5	Austrália	7,7
6	Finlândia	7,7
7	Suécia	7,7
8	Canadá	7,6
9	Irlanda	7,6
10	Luxemburgo	7,6
11	México	7,6
12	Noruega	7,6
13	Colômbia	7,5
14	Holanda	7,5
15	Malta	7,5
16	Estados Unidos	7,4
17	Bélgica	7,3
18	Alemanha	7,2
19	El Salvador	7,2
20	Nova Zelândia	7,2
21	Inglaterra	7,1
22	Arábia Saudita	7,0
23	Chipre	6,9
24	Espanha	6,9
25	Itália	6,9
26	Argentina	6,8
27	Brasil	6,8
28	Cingapura	6,8
29	República Dominicana	6,8
30	Venezuela	6,8
31	Chile	6,7
41	China	6,3
42	Índia	6,2
43	Japão	6,2
48	Peru	6,0
75	Rússia	4,4

Fonte: Veenhoven (2007a).

Entre os países asiáticos, destaque para a posição ocupada pela Rússia, que aparece entre os países com os menores níveis de felicidade média do mundo. Os países da América do Sul apresentam níveis médios de felicidade acima da média geral (o Paraguai não aparece no ranking em decorrência de não haver dados disponíveis na estrutura de pergunta e

respostas mostrada na tabela, no entanto, o referido país apresenta média de felicidade de 2,89 quando se assume uma escala de 1 a 4).

Algumas observações podem ser feitas tendo como base os resultados encontrados: (i) Em países como China e Índia, que têm experimentado na atualidade elevadas taxas de crescimento econômico, o nível de felicidade médio informado não tem acompanhado tal crescimento (na China tal índice¹³ foi de 2,67 e na Índia de 2,95, quando a escala considerada é de 1 – 4); (ii) apesar dos Estados Unidos possuírem uma das maiores rendas per capita do globo, ocupa apenas a 16.^a posição no ranking; (iii) destaque para a posição ocupada pela Colômbia, que apesar de conflitos e dos consideráveis níveis de violência, apresenta um alto grau de felicidade informada; (iv) Das dez primeiras posições no ranking de bem-estar subjetivo, nove são ocupadas por países europeus, mostrando que as pessoas na Europa consideram-se como as mais felizes do mundo, assim, o bem-estar no continente europeu é de certa forma elevado.

Os estudos econômicos de mensuração de bem-estar através da economia da felicidade não têm ficado apenas no campo descritivo, mas vários estudiosos têm implementado pesquisas na alçada empírica. Dentre esses estudos pode-se destacar os desenvolvidos por Frey e Stutzer (2000, 2002a, 2002b), Di Tella, MacCulloch e Oswald (2001), Easterlin (1974, 2000, 2001, 2003), Blanchflower e Oswald (1997, 2000, 2004), Boarini, Johansson e d'Ercole (2006), van Praag e Baarsma (2005), Coyne e Boettke (2006). Os referidos estudos procuraram analisar, através de ferramentas estatísticas e econométricas, os determinantes do bem-estar subjetivo para os indivíduos em países selecionados

4.1 Níveis de Felicidade informada no Brasil

Como pode ser visto na tabela 4.1, o Brasil ocupa o 27.^o lugar no ranking, apresentando um nível médio de bem-estar subjetivo de 6,8, nível esse que é maior que a média calculada com o nível de felicidade médio de todos os países pesquisados (6,07). Quando a pergunta feita é similar à citada anteriormente, mas as respostas possíveis são: “muito satisfeito”, “satisfeito”, “não muito satisfeito” e “insatisfeito” (onde 4 representa “muito satisfeito” e 1 indica “insatisfeito”) a felicidade média encontrada para o período de

¹³ Índice para o ano de 2004.

1997-2004 é de 2,62, indicando que na média, os brasileiros consideram-se relativamente satisfeitos com a vida que têm levado. Quando a pergunta feita admite as respostas: (3) – “muito feliz”; (2) – “feliz” e (1) – “não se sente feliz”, o grau médio de felicidade informado é de 2,18.

Estudos descritivos feitos por órgãos públicos e privados no país mostram alguns dados interessantes sobre a felicidade dos brasileiros. Alguns pontos de tais estudos são mostrados a seguir.

Pesquisa¹⁴ realizada pelo Datafolha Instituto de Pesquisas em 2006 (incluindo 7.724 entrevistados em 349 municípios brasileiros) revelou que 76% dos brasileiros consideram-se pessoalmente felizes. A pesquisa também procurou analisar como o indivíduo avalia a felicidade do povo brasileiro em geral. O resultado da avaliação é que apenas 28% dos respondentes consideram a população brasileira feliz. O resultado para uma pesquisa semelhante em 1996, realizada pelo mesmo Instituto, foi de 68% (felicidade individual) e 23% (avaliação dos brasileiros de uma forma global).

A pesquisa do Datafolha revelou também que homens e mulheres praticamente se igualaram no nível de felicidade informado. Em 1996, a taxa de homens que se consideravam felizes era de 69% contra 62% das mulheres, já em 2006, 78% dos homens se consideram felizes, contra 75% das mulheres (praticamente um empate técnico, já que a pesquisa considera um desvio-padrão – margem de erro de 2%).

O grau de felicidade entre as diversas “religiões” também foi observado pela pesquisa do Instituto Datafolha. Os evangélicos constituem o grupo onde se tem a maior taxa de pessoas felizes, 83%. Dentre os católicos e espíritas, 76% dos entrevistados informam que são felizes em cada grupo. O menor percentual de indivíduos felizes foi encontrado no grupo daqueles que se reportam como sem religião, 68%.

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em estudo¹⁵ realizado no ano de 2004, em que 5.952 pessoas de 74 cidades do estado de São Paulo foram entrevistadas, procurou analisar a felicidade no referido estado, como também, inferir da população quais os motivos da felicidade ou infelicidade informada. A idade mínima dos entrevistados foi de 16

¹⁴ Disponível em www.datafolha.folha.uol.com.br

¹⁵ Disponível em www.unicamp.br

anos. Eles tinham que responder se eram “muito felizes”, “felizes”, “nem felizes nem infelizes”, “infelizes”, ou “muito infelizes”. E em seguida, eram questionados sobre as principais razões para a felicidade ou infelicidade. Os principais resultados são mostrados nos próximos parágrafos.

A questão família surgiu em primeiro lugar como razão de felicidade, indicada por 22% dos entrevistados. Na seqüência vieram a saúde (18%), satisfação com a vida (18%), religiosidade (11%) e estabilidade financeira (8%). Já as causas da infelicidade foram também família (13%), desemprego ou condição financeira (10%), saúde (9%), insatisfação com a vida (5%).

O maior percentual de pessoas “felizes” (58%) está no grupo de indivíduos que ganham mais de R\$ 5.500,00. Outros 35% estão na faixa de renda entre R\$ 2.944 a R\$ 5.554. Já entre os que ganham até R\$ 495, apenas 22% se dizem “muito felizes”. Isso sugere que a felicidade informada e a renda variam no mesmo sentido, ou seja, renda é importante para a felicidade.

O trabalho mostrou que a felicidade vai diminuindo de acordo com o aumento na idade. Entre 16 e 24 anos, os “muito felizes” totalizam 36%, esse percentual cai para 32% na faixa etária de 25 a 34 anos; 27% de 35 a 44 anos; 25% na faixa de 45 a 54 anos e 24% para indivíduos com idade superior a 54 anos. No mesmo sentido, a infelicidade aumenta de acordo com a idade. Os que se consideram “infelizes” ou “muito infelizes” são apenas 1% da população na faixa etária de 16 a 24 anos; mas sobe para 3% de 25 a 34 anos; 2% de 35 a 44 anos; 3% de 45 a 54 anos e 4% para os que possuem mais de 54 anos.

O resultado por gênero foi o seguinte: Os homens mostram-se ligeiramente mais felizes que as mulheres, uma vez que 32% deles acreditam ser “muito felizes”, contra 27% do sexo oposto. Elas, entretanto, apresentam um percentual mais elevado quando a pergunta é apenas se são “felizes”: 58% contra 56%. As mulheres “infelizes” ou “muito infelizes” somam 4% enquanto que o percentual de homens “infelizes” ou “muito infelizes” é de 2%.

A pesquisa mostrou também que os índices de felicidade informada variam de acordo com o estado civil. Os solteiros são mais felizes: 33% deles se disseram “muito felizes”, seguido por 28% dos casados e 27% dos que têm um companheiro ou companheira. Apenas 25% dos viúvos e 23% dos divorciados se encaixaram nesta condição.

Pode-se concluir, com base na pesquisa da Unicamp, que, globalmente, os paulistas são felizes, pois 84% afirmaram se sentir assim (25% “muito feliz” e 59% “feliz”). O índice médio de felicidade do Estado de São Paulo foi de 6,42 – considerando que quanto mais próximo de 10, mais feliz é a população.

No entanto, quando questionados sobre o povo brasileiro, as opiniões dos entrevistados se invertem. A maioria dos entrevistados (34%) julga que os brasileiros não são felizes nem infelizes. Apenas 30% acredita que são felizes ou muito felizes e 31%, infelizes ou muito infelizes.

No campo empírico, merece destaque o trabalho recentemente desenvolvido por Cavalcanti, Guimarães e Nogueira (2006), o qual avaliou os determinantes empíricos da felicidade, e, conseqüentemente do bem-estar, para estudantes americanos (amostra de estudantes da Universidade de Purdue) e brasileiros (amostra composta por estudantes da Universidade Federal de Pernambuco), procurando identificar se há alguma diferença entre os dois grupos de estudantes. O trabalho encontrou alguns relevantes resultados: (i) estudantes americanos têm uma maior probabilidade de se reportarem como “felizes” e “muito felizes” do que os estudantes brasileiros; o resultado também é esse quando uma série de outras variáveis, que representam características sócio-econômicas dos indivíduos, é inserida na estimação; (ii) estudantes do sexo feminino são mais felizes nos Estados Unidos, no entanto, o contrário ocorre entre os estudantes brasileiros, os estudantes homens reportam-se como sendo mais felizes; (iii) a renda é um fator determinante de felicidade informada. Pessoas que se consideram pertencentes a famílias de baixa e média renda têm uma probabilidade menor de se reportarem como mais felizes do que àquelas que se dizem de famílias com renda alta.

5 UMA APLICAÇÃO DA ABORDAGEM DA FELICIDADE

Como já especificado, esse estudo propõe uma aplicação da abordagem da felicidade com o intuito de obter repostas a cerca dos determinantes do bem-estar individual. Respostas essas inseridas numa perspectiva mais ampla, que inclui além de fatores monetários, mais especificamente a renda, fatores subjetivos e características sócio-demográficas, econômicas e institucionais.

5.1 Estrutura dos Dados

Para alcançar o objetivo da aplicação, realizou-se uma pesquisa de campo. Assim, os dados utilizados nessa parte do estudo são provenientes da aplicação de questionários¹⁶, nos quais os indivíduos foram perguntados sobre o seu nível de felicidade (satisfação com a vida), bem como, procurou-se ordenar os fatores que influenciam na satisfação de vida dos indivíduos entrevistados.

Sabe-se que existe uma relação entre fatos objetivos e subjetivos. Konow and Earley in Blanchflower e Oswald (2004) descrevem que o nível de felicidade informado pelos indivíduos está relacionado com fatores tais como: (i) características objetivas como o desemprego; (ii) recordação pessoal de eventos positivos e negativos na vida; (iii) avaliações da felicidade do indivíduo por amigos e membros da família; (iv) avaliação da felicidade do indivíduo por esposo(a); (v) frequência de sorrisos; (vi) batimento cardíaco e pressão sanguínea que medem a resposta do indivíduo a situações de estresse; (vii) eletroencefalograma que mede a atividade pré-frontal do cérebro. Dessa forma, quase que a totalidade dos estudos na área de pesquisa em felicidade utilizam, além das perguntas relacionadas ao bem-estar subjetivo, perguntas sobre a condição de vida dos indivíduos.

Com base no que foi explicitado acima, procurou-se inferir dos entrevistados características sócio-econômicas, como gênero, idade, posição no mercado de trabalho, classe de renda, religião, percepção sobre a criminalidade presente na localidade onde os mesmos residem, condição de ser estudante ou não, entre outros fatores de ordem econômica e social.

¹⁶ Ver modelo do questionário utilizado na seção de Anexos

A pergunta principal da pesquisa, o nível de felicidade, foi baseada na questão proposta por Cantril (1965) e teve como respostas possíveis aquelas semelhantemente utilizadas por Cantril. Tal pergunta e possíveis repostas têm sido usadas numa série de estudos que procuram utilizar o nível de felicidade informado de forma a “estimar” o bem-estar individual, e conseqüentemente o nível de bem-estar social, como uma função de uma série de variáveis, variáveis ditas ortodoxas, como a renda, mas também variáveis até então não empregadas no contexto do bem-estar, como: sentimentos, proximidade de amigos e/ou entes queridos, estado civil, a presença de filhos, ou seja, fatores subjetivos.

Esse tipo de análise, com base em perguntas sobre felicidade, foi utilizada de forma pioneira na área de Psicologia. A partir de 1974, Easterlin começou a utilizar dados sobre felicidade, informados pelos indivíduos, para estudar o nível de felicidade dos habitantes dos Estados Unidos, e através desses resultados discutir sobre o nível de bem-estar dentro do país e compará-lo com o bem-estar encontrado em outros países (ricos e pobres). O estudo de Easterlin foi o primeiro caso na ciência econômica a considerar uma conexão existente entre felicidade e resultados econômicos (Coyne e Boettke, 2006)

Nesse contexto, é importante citar que a aplicação dos questionários se deu na cidade do Recife (capital do estado de Pernambuco) e na cidade de Igarassu (cidade localizada na Região Metropolitana do Recife). Foram realizadas 325 entrevistas, onde os resultados encontrados nas mesmas vêm a constituir a amostra dessa pesquisa.

Mais especificamente, na cidade do Recife foram entrevistados 221 indivíduos, o que representa 68% da amostra completa. Os entrevistados da cidade Igarassu representam 32% da amostra total (104 indivíduos).

Uma importante divisão, que tem sido abordada em uma série de trabalhos, e que foi aqui utilizada, é a separação entre estudantes e não-estudantes. Nesse contexto, foram entrevistados 161 estudantes (49,5% da amostra) e 164 indivíduos não-estudantes, o que representa 50,5% do total de entrevistados.

5.2 Análise Descritiva da Amostra

Como já salientado, foram auferidas dos indivíduos entrevistados uma série de características econômicas, sociais e institucionais. Nessa seção será feita uma análise, em termos de frequência, dos principais fatores envolvidos na pesquisa.

5.2.1 Gênero

Quanto ao sexo dos entrevistados, a amostra completa é constituída de 148 indivíduos do sexo masculino e 177 indivíduos do sexo feminino.

A tabela 5.1 mostra a divisão por gênero na amostra global e em sub-amostras que serão relevantes para os objetivos propostos nessa pesquisa:

Tabela 5.1. Distribuição da amostra e nível médio de felicidade informada por gênero

Sexo	Amostra Global	Sub-amostras				Felicidade média
		Recife	Igarassu	Estudantes	Não-estudantes	
Masculino	148 (45,5%)	48,4%	39,4%	47,8%	43,2%	2,22
Feminino	177 (55,5%)	51,6%	60,6%	52,2%	56,8%	2,20

Fonte: Pesquisa do Autor

5.2.2 Idade

A idade média dos entrevistados na amostra completa é de 28,71 anos. A idade mínima dentro da amostra é de 17 anos e a idade máxima é de 55 anos. O desvio-padrão da variável idade é de 9,25 anos. Cerca de 64% dos componentes da amostra possuem de 18 a 30 anos.

Em Recife a média de idade é de 28,24 anos, sendo o desvio padrão de 9,30 anos. Já na cidade de Igarassu, a idade média dos indivíduos entrevistados é de 29,73 anos, já o desvio-padrão é de aproximadamente 9 anos.

Entre os estudantes, a média de idade é de 23,64 anos e o desvio-padrão é de 5,99 anos. A idade máxima nessa sub-amostra é de 44 anos e a mínima é de 17 anos. Para os não-estudantes, 33,70 e 9,18 anos correspondem a média de idade e desvio-padrão

respectivamente. O indivíduo mais velho dentro dessa sub-amostra possui 55 anos, enquanto o mais jovem possui 18 anos.

5.2.3 Renda

Os indivíduos foram perguntados sobre a classe de renda na qual sua família se enquadrava. Foram estipulados limites de renda, onde tais limites estipulados tiveram como base pesquisas¹⁷ feitas pelo IBGE no ano de 2006, pesquisas essas que visavam observar o quão felizes eram as pessoas nas diversas esferas de poder aquisitivo da sociedade brasileira.

As faixas de renda utilizadas foram as seguintes: (1) “até R\$ 350,00”; (2) “de R\$ 350,00 a R\$ 1.050,00”; (3) “de R\$ 1.051,00 a R\$ 1.750,00”; (4) “de R\$ 1.751,00 a R\$ 3.500,00” e (5) “acima de R\$ 3.500,00”. No geral, 16,9% dos entrevistados encontram-se na faixa de renda (1), 33,8% estão na faixa de renda (2), a faixa de renda (3) é “ocupada” por cerca de 11,1% dos entrevistados, enquanto que 12,6% dos entrevistados estão na faixa de renda (4), já na faixa de renda (5) encontram-se 25,5% de todos os indivíduos respondentes.

Assim como foi feito para o fator gênero, é mostrada na tabela abaixo, a distribuição dos entrevistados por faixa de renda, tanto na amostra completa, quanto para as relevantes sub-amostras.

Tabela 5.2. Distribuição da amostra e nível médio de felicidade informada por faixa de renda.

Faixas de Renda	Sub-amostras					Felicidade média
	Recife	Igarassu	Estudantes	Não-Estudantes	Desempregados	
Faixa (1)	10%	31,7%	6,2%	27,4%	13,8%	2,22
Faixa (2)	27,1%	48,1%	21,7%	45,7%	34,5%	2,16
Faixa (3)	10,9%	11,5%	10,6%	11,6%	13,8%	2,14
Faixa (4)	16,3%	4,8%	16,8%	8,5%	6,9%	2,24
Faixa (5)	35,7%	3,8%	44,7%	6,7%	31,0%	2,29

Fonte: Pesquisa do Autor

¹⁷ Disponível em www.ibge.gov.br

5.2.4 Estado Civil

Como já explicitado, a pesquisa abrangeu também, uma questão sobre a situação matrimonial dos indivíduos entrevistados. A divisão por estado civil é mostrada abaixo:

Tabela 5.3. Distribuição da amostra e nível médio de felicidade informada por estado civil.

Estado Civil	Amostra Global	Sub-amostras				Felicidade média
		Recife	Igarassu	Estudantes	Não-Estudantes	
Solteiro	63,1%	67,9%	52,9%	80,7%	45,7%	2,22
Casado	30,2%	26,2%	38,5%	14,3%	45,7%	2,22
Divorciado	2,5%	1,8%	3,8%	1,9%	3,0%	1,88
Viúvo	2,8%	1,8%	4,8%	0,6%	4,9%	2,33
Outro	1,5%	2,3%	0,0%	2,5%	0,6%	1,80

Fonte: Pesquisa do Autor

A proporção de respondentes solteiros é de aproximadamente 63%, o que representa mais que duas vezes o número de entrevistados casados. As outras ocorrências de estado civil representam apenas 7% da amostra global.

5.2.5 Posição no Mercado de Trabalho

Observando as pesquisas sobre felicidade realizadas em vários países e por vários estudiosos como Blanchflower e Oswald (2000,2004), Cavalcanti, Guimarães e Nogueira (2006), Di Tella, MacCulloch e Oswald (2001), Lane (2000), Veenhoven (2007a, 2007b), nota-se a preocupação em se analisar os diferenciais de felicidade entre os indivíduos que estejam ou não trabalhando e ainda mais, há uma preocupação adicional em estudar esse diferencial em relação ao regime de trabalho no qual os trabalhadores estão sujeitos, tempo integral ou meio-expediente¹⁸.

Tendo em vista isso, os entrevistados foram perguntados sobre sua situação frente ao mercado de trabalho. A amostra em relação a esse fator é constituída da seguinte forma:

¹⁸ full-time ou part-time

Tabela 5.4. Distribuição da amostra e nível médio de felicidade informada por posição no mercado de trabalho

Inserção no mercado de trabalho	Amostra Global	Sub-amostras				Felicidade média
		Recife	Igarassu	Mercado Formal	Mercado Informal	
Não trabalhadores	32,0%	23,1%	51,0%	-	-	2,24
<i>Trabalhadores</i>						
Meio-expediente	17,8%	19,5%	14,4%	24,2%	28,9%	2,22
Tempo Integral	50,2%	57,5%	34,6%	75,8%	71,1%	2,19

Fonte: Pesquisa do Autor

Como pode ser visto na tabela 5.4, os entrevistados também foram perguntados sobre sua condição no mercado de trabalho, formal ou informal. Para ter esse resultado, fez-se a seguinte pergunta: “Se você trabalha, seu trabalho é com carteira assinada?”. Os dados mostram que aproximadamente 56% dos respondentes que trabalham estão no mercado de trabalho formal, enquanto que, cerca de 44% dos trabalhadores encontram-se no mercado informal de trabalho.

No caso de serem estudantes, os indivíduos observados deviam responder sobre o tipo de instituição na qual estavam inseridos (pública ou particular). Cerca de 67% dos estudantes são de instituição particular, enquanto que aproximadamente 33% dos estudantes pertencem a instituições públicas.

5.2.6 Religião

Um fator importante na abordagem da felicidade, ressaltado em trabalhos na área, é a religião. Pesquisas¹⁹ realizadas pelo IBGE em 2006, atribuem à religião o aumento ocorrido no nível de felicidade informado dos brasileiros. Nesse contexto, os entrevistados foram interpelados sobre qual religião eles pertenciam. Foi inserida no leque de respostas uma categoria adicional, a categoria “Não tem religião, mas acredita em Deus”. A inserção dessa categoria está ligada ao fato das pessoas não se reportarem como ligadas às categorias de religiões tradicionais (católica, protestante, espírita, etc.), mas informarem ter um lado espiritual que independe de religiões.

¹⁹ Disponível em www.ibge.gov.br

A amostra é constituída por aproximadamente 47% de católicos, 20% de protestantes, 4,6% de espíritas. Cerca de 23% dos respondentes se enquadraram na categoria “Não tem religião, mas acredita em Deus”. Os ateus correspondem a 1,8% dos entrevistados. Outros tipos de religião correspondem a 3,6% da amostra total.

5.2.7 Nível de Felicidade informado

A questão-chave da pesquisa é: “Como você se sente em relação à sua vida?”. Tal questão tem como respostas possíveis as seguintes: “Não me sinto feliz”; “Sinto-me feliz” e “Sinto-me muito feliz”. A maior parte dos entrevistados informou estar na categoria “Sinto-me feliz”. De uma forma geral, aproximadamente 7,7% do entrevistados descrevem que não se sentem felizes em relação às suas vidas, enquanto que 63,4% dizem que se sentem felizes, e, 28,9% consideram-se muito felizes em relação à vida que têm levado. É mostrada abaixo, na tabela 5.5, uma descrição do nível de felicidade informado na amostra como um todo:

Tabela 5.5. Número de pessoas por nível de satisfação de vida informado.

Felicidade informada	N.º de indivíduos
“Não me sinto feliz”	25
“Sinto-me feliz”	206
“Sinto-me muito feliz”	94
N (tamanho da amostra)	325

Fonte: Pesquisa do Autor

A fim de realizar uma análise descritiva dos dados encontrados, foram atribuídos valores ordenados para as respostas dos indivíduos: à resposta “não me sinto feliz” foi atribuído valor 1, à resposta “Sinto-me feliz” atribui-se valor 2, e para a resposta “Sinto-me muito feliz” foi conferido valor 3.

O nível de felicidade médio informado na amostra como um todo é de 2,21, ou seja, os indivíduos nas cidades de Recife e Igarassu consideram-se, na média, felizes. O desvio-padrão é de 0,568. Abaixo, são mostrados os resultados para as sub-amostras:

Tabela 5.6. Nível médio de felicidade informada nas Sub-amostras.

Sub-amostra	Nível médio de felicidade informado	Desvio-padrão
Recife	2,21	0,541
Igarassu	2,22	0,623
Estudantes	2,24	0,534
Não-estudantes	2,18	0,599

Fonte: Pesquisa do Autor

Observa-se uma ligeira diferença no nível de felicidade médio informado entre as sub-amostras. Os estudantes são, em média, ligeiramente mais felizes que os não-estudantes. No entanto, voltar-se-á a essas inferências quando do processo de estimações, presente na próxima seção.

A análise que se fará a partir de agora é embasada num estudo desenvolvido por Blanchflower e Oswald em 1997, intitulado de “The rising Well-Being of the Young”. Trata-se de uma análise meramente descritiva, a fim de visualizar a frequência do nível de felicidade informado entre os principais fatores envolvidos na pesquisa (já citados anteriormente).

Entre os homens, 6,8% não se consideram felizes; 64,% consideram-se felizes e cerca de 29,2% se sentem muito felizes com a vida. Já entre as mulheres a percentagem das que não se consideram felizes é de 8,4%, 62,7% se sentem felizes e 28,9% consideram-se muito felizes.

Os maiores percentuais de pessoas que não se sentem felizes com a vida que têm levado estão na segunda faixa de renda, nas outras faixas esse percentual é de certa forma igual à média amostral. Já em relação à resposta “Sinto-me muito feliz” os maiores percentuais são encontradas nas faixas 1 e 5. O percentual de pessoas felizes é de certa forma equânime para todas as faixas de renda.

Em relação ao fator religião, é importante ressaltar que o menor percentual de pessoas “infelizes” com a sua vida encontra-se entre os entrevistados protestantes, esse percentual é de aproximadamente 3%, o maior percentual está na religião espírita, cujo valor percentual é de 13,5%. A categoria dos que não tem religião, mas informam acreditar em Deus apresenta os seguintes valores percentuais para infelizes, felizes e muito felizes: 10,5%, 72,3% e 17,2%, respectivamente.

5.3 Análise Empírica

5.3.1 Considerações Iniciais sobre a estimação e construção de variáveis.

Após essa análise estatística descritiva, foram feitas estimações econométricas a cerca dos determinantes do nível de felicidade individual (e conseqüentemente global) através dos mecanismos já abordados neste estudo.

De forma sucinta: procurou-se construir uma função micro-econométrica de felicidade, onde o nível de felicidade informado funciona como variável dependente e pode assumir os valores 1, 2 e 3 que correspondem respectivamente às categorias: “Não me sinto feliz”, “Sinto-me feliz” e “Sinto-me muito feliz”. As variáveis independentes são constituídas por um conjunto de características sociais, econômicas e institucionais como: (i) renda familiar mensal; (ii) idade dos entrevistados; (iii) idade dos entrevistados ao quadrado; (iv) o fato de ser ou não estudante; (v) estado civil; (vi) gênero; (vii) posição do entrevistado no mercado de trabalho; (viii) religião; (iv) criminalidade, dentre outras.

Essa abordagem foi utilizada em trabalhos como o de: Frey e Stutzer (2002a), Frey e Stutzer (2002b), Graham (2005) e van Praag e Baarsma (2005).

Uma diferença desse estudo para alguns trabalhos citados anteriormente e que, de certa forma modifica a metodologia empregada, é o fato dos indivíduos serem analisados em um ponto no tempo, ou seja, a análise é de *cross-section*. Esse fato apesar de mudar a função micro-econométrica de felicidade, não implica em mudança na análise dos resultados, uma vez que a estrutura da metodologia continua sendo a mesma. Dessa forma, a função micro-econométrica de felicidade é a seguinte:

$$W_i = \alpha + \beta X_i + \varepsilon_i \quad (2)$$

Onde W_i representa o nível de felicidade informado pelos indivíduos entrevistados, quanto a sua posição referente à satisfação com a vida que tem levado: “Não se sente feliz”; “Sente-se feliz” e “Sente-se muito feliz”, respectivamente. A variável X_i é um vetor coluna das características sócio-demográficas e sócio-econômicas, bem como de peculiaridades institucionais do indivíduo i , como por exemplo, gênero, idade, faixa de renda, posição no

mercado de trabalho, condição de ser estudante ou não, grau de criminalidade na localidade de residência, dentre outros fatores .

O termo β representa o vetor de coeficientes estimados, que irão permitir analisar a relação entre as características individuais, ou seja, as variáveis independentes e a variável dependente.

O termo ε_i representa o termo de erro estimado, que capta as características não observadas no processo de estimação.

Antes de apresentar as estimações e os respectivos resultados é necessário fazer algumas considerações, principalmente no que se refere à construção das variáveis a serem inseridas no modelo proposto por essa pesquisa.

Como já foi exposto, a variável dependente é uma variável ordinal, onde o menor valor representa menos felicidade e o maior valor um nível de felicidade informado superior. Sobre as variáveis independentes é preciso atentar para o seguinte:

- (i) A variável idade entra de forma normal na estimação, e, é construída a variável idade ao quadrado, a partir desta;
- (ii) Para a variável ligada ao gênero, construiu-se uma variável *dummy*, onde 1 representa o sexo masculino;
- (iii) Para a variável renda, concebeu-se três variáveis *dummies*, uma vez que os indivíduos foram separados em três níveis de renda: “renda baixa” que englobou as faixas (1) e (2) - “até R\$ 350,00” e “de R\$ 350,00 a R\$ 1.050,00”; “renda média” onde foram inseridas as faixas “de R\$ 1.051,00 a R\$ 1.750,00” e “de R\$ 1.751,00 a R\$ 3.500,00”; “renda alta” para a faixa de renda “acima de R\$3.500,00”. Na estimação entraram os níveis “renda baixa” e “renda média”;
- (iv) Na variável estado civil, fez-se uso mais uma vez do mecanismo da variável *dummy*. Aqui, construiu-se quatro variáveis referentes aos estados: solteiro, casado, viúvo e divorciado;
- (v) Para especificar a inserção e posição no mercado de trabalho dos indivíduos entrevistados, o seguinte mecanismo (baseado na estrutura de variáveis *dummies*)

foi criado: Uma variável onde, 1 representa os indivíduos que estejam trabalhando, 0 para os não-trabalhadores; Outra variável, em que o valor 1 representa o trabalho em tempo integral e 0 o trabalho em meio-expediente (*part-time*); e, finalmente, uma variável onde 1 representa o mercado formal de trabalho e 0 o mercado informal de trabalho;

- (vi) A condição de estudante foi especificada por uma variável que pode assumir dois valores: 1 para estudante e 0 para não-estudante. Nesse contexto, surge uma outra variável que especifica o tipo e instituição na qual os estudantes estão ligados, essa variável assume valor 1 quando a instituição é particular e 0 quando a instituição de ensino é pública;
- (vii) No âmbito do fator criminalidade, foram construídas três variáveis: “violência baixa”, “violência média” e “violência alta”. As variáveis foram construídas tendo como base o número de homicídios²⁰ por ano no bairro onde o indivíduo reside. A fim de obter resultados mais robustos, calculou-se a taxa de homicídios²¹ (TH) para cada 10.000 habitantes, dada pela expressão: $TH = (\text{número de homicídios no bairro/população}^{22} \text{ do bairro}) * 10.000$. Encontrados os valores da TH, calculou-se percentis de TH. Com base nesses, os bairros cuja TH encontra-se nos dois últimos percentis inferiores (20%) foram considerados de “baixa violência”. Já os bairros cuja TH está nos dois últimos percentis superiores foram considerados de “alta violência”. Os outros bairros foram considerados como de “violência média”. Apenas duas dessas variáveis entraram diretamente na estimação. É importante salientar que tal variável, devido a disponibilidade de dados, só pôde ser construída para as observações da cidade do Recife, uma vez que na cidade de Igarassu, os dados só estavam disponíveis para a cidade como um todo.
- (viii) Para a variável religião, fez-se uso do mecanismo de variáveis *dummy*. Quatro variáveis foram construídas: “católico”, “protestante”, “espírita” e “sem religião, mas acreditam em Deus”. Devido à frequência dos demais tipos de crença nas

²⁰ Dados da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco para o ano de 2004.

²¹ Procedimento semelhante foi utilizado em Veenhoven (2003).

²² Dados do IBGE.

respostas dos entrevistados, as outras respostas entraram na variável omitida na estimação, “outra”.

Com base no que foi exposto previamente, partiu-se para as estimações.

5.3.2 Resultados preliminares: OLS

Inicialmente, adotando procedimento utilizado em Blanchflower e Oswald (2004), assumiu-se a variável dependente cardinalmente, onde “muito feliz” tem código 3, “feliz” tem código 2 e “não feliz” tem código 1. Isso foi feito com o intuito de estimar a função micro-econométrica de felicidade através do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (OLS). O resultado da estimação é mostrado abaixo:

Tabela 5.7. OLS²³ Equação de felicidade

	Amostra Completa						Recife (7)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	
Idade		-0,0427** (0,024)	-0,0427** (0,024)	-0,0413** (0,024)	-0,0401*** (0,025)	-0,042** (0,025)	-0,0284 (0,029)
(Idade) ²		0,0005 (0,000)	0,0005 (0,000)	0,0005 (0,000)	0,0005 (0,000)	0,0005 (0,000)	0,0003 (0,000)
Sexo (masculino=1)			0,0201 (0,063)	0,01823 (0,063)	0,02047 (0,065)	0,0623 (0,065)	0,0567 (0,074)
Renda baixa				-0,0953 (0,088)	-0,0971 (0,089)	-0,143*** (0,090)	-0,215** (0,102)
Renda média				-0,0692 (0,093)	-0,0695 (0,093)	-0,0861 (0,093)	-0,0519 (0,095)
Empregado					0,00375 (0,102)	0,0285 (0,101)	0,0664 (0,126)
Trabalha em tempo integral					-0,0102 (0,089)	-0,0281 (0,088)	-0,0305 (0,099)
Mercado Formal					-0,00920 (0,079)	-0,006 (0,079)	-0,0219 (0,087)
Estudante	0,0593 (0,063)	-0,0177 (0,076)	-0,0192 (0,076)	-0,0591 (0,086)	-0,0606 (0,088)	-0,0548 (0,088)	-0,0855 (0,101)
Instituição de ensino (particular=1)						0,00195 (0,098)	0,0027 (0,110)
Católico						0,220*** (0,151)	0,318** (0,152)
Protestante						0,392* (0,165)	0,440* (0,176)
Espírita						0,186 (0,206)	0,145 (0,210)
Sem religião, mas acredita em Deus						0,0459 (0,159)	0,0767 (0,162)
Violência baixa							-0,066 (0,135)
Violência média							-0,0483 (0,090)
N	325	325	325	325	325	325	221
R ²	0,016	0,016	0,016	0,02	0,02	0,063	0,102

Fonte: Pesquisa do Autor

*, **, *** significância de 99%, 95% e 90% respectivamente.

Como pode ser visto, a estimação foi feita inserindo as variáveis de forma gradativa, com o objetivo de analisar os efeitos das variáveis no nível de felicidade informado. A coluna (1) mostra o coeficiente da *dummy* que reporta a condição de estudante sendo positivo, o que significa que os estudantes reportam-se como mais felizes que os não-estudantes. No entanto, quando outros controles são adicionados, esse coeficiente passa a ser negativo, ou seja,

²³ Ordinary Least Squares

quando outras variáveis estão em questão, a condição de estudante tende a diminuir o nível de felicidade informado pelos indivíduos. Os indivíduos de instituição particular tendem a informar que são mais felizes que os pertencentes a instituições públicas de ensino. Nota-se também que, em todas as estimações empreendidas o coeficiente da variável idade é negativo, significando que os jovens informam ser mais felizes que as pessoas com mais idade, esse também foi o resultado encontrado em estudos como os de Blanchflower e Oswald (2004) e van prag e Baarsma (2005).

Um outro resultado encontrado em todas as estimações é que os homens informam serem mais felizes que as mulheres, já que o coeficiente ligado à variável gênero é positivo, no entanto, tal coeficiente não é considerado estatisticamente diferente de zero.

Como pode ser visto, os coeficientes para as variáveis ligadas à renda, “baixa renda” e “média renda”, são negativos. Isso mostra que comparando os indivíduos com renda maior com aqueles com renda menor, esses se reportam como menos felizes que aqueles, o que propõe que renda é importante para a felicidade informada, esse resultado é esperado e observado nos trabalhos já citados nesse estudo.

Quanto à inserção e condição no mercado de trabalho pode-se inferir da estimação o seguinte: (i) pessoas que estão trabalhando tendem a informar que são mais felizes com a vida que têm levado; (ii) trabalhar em tempo integral faz com que os indivíduos reportem-se como menos felizes; (iii) os indivíduos pertencentes ao mercado formal de trabalho consideram-se menos felizes que aqueles do mercado de trabalho informal.

Quanto à religião, os coeficientes de todas as variáveis são positivos, o que significa que a religião gera um efeito positivo para a felicidade. É importante destacar que o maior coeficiente está ligado à religião “protestante”, ou seja, os protestantes (evangélicos) reportam-se como sendo mais felizes do que indivíduos de outra religião.

Como já salientado, a variável criminalidade, expressa pela taxa de homicídios por bairro, só pôde ser construída para observações na cidade do Recife. Assim, os efeitos da violência no nível de felicidade informado só podem ser analisados para a amostra na referida cidade. Analisando os coeficientes das variáveis, nota-se que a violência não tem influência no nível de felicidade informado pelos indivíduos na amostra, já que mesmo em bairros onde

o nível de violência é maior, o nível de felicidade tende a ser superior também. No entanto, cabe salientar que os coeficientes são estatisticamente insignificantes.

5.3.3 Resultados da Estimação Ordered Logit

Após a conclusão das estimações, via modelo dos Mínimos Quadrados Ordinários, estimou-se a mesma função micro-econométrica de felicidade (com as já citadas variáveis) através do modelo logit, mais especificamente, o modelo *ordinal logit*. Tal modelo é utilizado quando a variável dependente é ordinal e, nesse caso, a estimação via modelo logit fornece resultados mais robustos e confiáveis (Johnston e DiNardo, 1997). Nesse modelo, os coeficientes encontrados fornecem a probabilidade de um indivíduo com determinada característica informar um valor maior ou menor, dependendo do sinal do coeficiente para a variável dependente. No contexto desse estudo, um coeficiente positivo para variável i vai indicar que maior é a probabilidade de um indivíduo com a particularidade i reportar-se como sendo mais feliz.

Os resultados encontrados na estimação, via modelo logit, são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 5.8. Equação de Felicidade. Ordered-Logit

	Amostra Completa						Recife (7)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	
Idade		-0,176** (0,086)	-0,176** (0,086)	-0,171** (0,086)	-0,166** (0,089)	-0,166** (0,091)	-0,131 (0,120)
(Idade) ²		0,0024 (0,001)	0,0023 (0,001)	0,0026 (0,001)	0,0021 (0,001)	0,0021 (0,001)	-0,0013 (0,002)
Sexo (masculino=1)			0,0616 (0,229)	0,0550 (0,229)	0,0616 (0,233)	0,212 (0,241)	0,245 (0,301)
Renda baixa				-0,378 (0,317)	-0,380 (0,319)	-0,560*** (0,330)	-0,968** (0,421)
Renda média				-0,267 (0,333)	-0,264 (0,334)	-0,361 (0,341)	-0,291 (0,380)
Empregado					0,0670 (0,367)	0,0560 (0,373)	0,378 (0,503)
Trabalha em tempo integral					-0,0408 (0,319)	-0,0984 (0,325)	-0,150 (0,396)
Mercado Formal					-0,0626 (0,285)	-0,0597 (0,291)	-0,144 (0,351)
Estudante	0,180 (0,227)	-0,0975 (0,276)	-0,102 (0,277)	-0,261 (0,313)	-0,259 (0,320)	-0,229 (0,325)	-0,340 (0,409)
Católico						0,790 (0,576)	1,354** (0,657)
Protestante						1,394** (0,628)	1,836* (0,747)
Espírita						0,705 (0,772)	0,587 (0,890)
Sem religião, mas acredita em Deus						0,125 (0,605)	0,298 (0,695)
Violência baixa							-0,316 (0,550)
Violência média							-0,220 (0,363)
N	325	325	325	325	325	325	221
Pseudo-R ²	0,002	0,017	0,018	0,022	0,022	0,062	0,105

Fonte: Pesquisa do Autor

*, **, *** significância de 99%, 95% e 90% respectivamente.

A análise da tabela 5.8, bem como sua comparação com a tabela resultante da estimação através do modelo OLS (tabela 5.7), que tratou a variável dependente de forma cardinal, mostra a semelhança dos resultados encontrados entre os dois modelos, mesmo que o modelo *ordinal logit* tenha tratado a variável dependente ordinalmente. Esse resultado é esperado, conforme ressalta Frey e Stutzer (2002a), que afirma que os tratamentos ordinal e cardinal das pontuações de satisfação geram resultados quantitativos muito similares nas funções micro-econômicas de felicidade.

Como já ressaltado, a grande diferença é que na tabela 5.8 os coeficientes mostram a probabilidade. Assim, os resultados da referida tabela podem ser dessa forma analisados:

- (i) Pessoas mais jovens têm uma probabilidade maior de responderem que são mais felizes nas cidades de Recife e Igarassu;
- (ii) A probabilidade de homens se reportarem mais satisfeitos com sua vida é superior a probabilidade das mulheres assim se reportarem;
- (iii) Quando variáveis de controle são inseridas na estimação, os estudantes têm uma chance menor de dizer que são mais felizes, em comparação com os não-estudantes;
- (iv) Espera-se que indivíduos de classe de renda mais baixa informem que se sentem menos felizes do que indivíduos de renda mais elevada. Os indivíduos de classe média também têm uma chance maior de se dizerem menos felizes que indivíduos de classe alta;
- (v) O desemprego individual tende a aumentar as chances de um indivíduo informar que é menos feliz, ou seja, as pessoas que estão empregadas provavelmente informarão que estão mais satisfeitos com suas vidas. Trabalhar em tempo integral aumenta as chances de informar que se é menos feliz, enquanto que a inserção no mercado formal de trabalho aumenta a probabilidade de se informar que é menos feliz;
- (vi) Protestantes, católicos e espíritas, nessa ordem, têm uma maior probabilidade de reportarem-se como sendo mais felizes;
- (vii) Assim como na estimação OLS, a violência não tem uma influência significativa no nível de felicidade informado pelos cidadãos recifenses. Tal resultado poderia está ligado a problemas de informação sobre os níveis de criminalidade no bairro onde os indivíduos residem. A fim de se ter uma visão mais ampla da questão da violência versus o nível informado de felicidade, é mostrada a tabela abaixo:

Tabela 5.9. Felicidade informada e criminalidade.

		Nível de violência no bairro		
		Baixa violência	Violência média	Alta Violência
Como você se sente em relação à sua vida?	“Não me sinto feliz”	2	9	3
	“Sinto-me feliz”	17	99	31
	“Sinto-me muito feliz”	6	39	15
Nível de felicidade médio		2,16	2,20	2,24

Fonte: Pesquisa do Autor

Observa-se que mesmo nos bairros considerados pelo estudo como mais violentos, a maioria dos indivíduos se reporta como sendo felizes ou muito felizes (aproximadamente 93% nos bairros com violência média, e, 94% nos bairros de violência elevada).

5.3.4 Estimação, inserindo elementos de incremento na Felicidade informada.

Além das características sócio-econômicas institucionais até aqui analisadas, solicitou-se aos indivíduos, quando da aplicação do questionário, que ordenasse dentre uma série de alternativas dadas, o que os faria mais felizes. A pergunta feita foi a seguinte:

2) *O que faria você mais feliz (ordene sua resposta. Use 1, 2,3,4 ... para descrever o que o deixaria mais feliz, sendo o 1 o mais importante)*

- *Mais dinheiro* ()
- *Um emprego* ()
- *Ter filhos* ()
- *Mais amigos* ()
- *Poder viajar mais* ()
- *Trabalhar menos* ()
- *Redução da violência* ()
- *Uma história de amor* ()
- *Poder viver mais perto dos meus pais e/ou amigos* ()
- *Governantes mais honestos* ()
- *Outros* () *Qual?* _____

O resultado referente a essa pergunta pode ser assim resumido:

- (i) Fator mais importante (“primeiro lugar”): 22,8% dos indivíduos consideram “Mais dinheiro”; 14,8% consideram “Um emprego”; 13,8% citam “Redução da

violência”; 10,2% informam “Poder viajar mais”; 8,9% consideram “Uma história de amor”; 8,3% informam “Poder viver mais perto dos meus pais e/ou amigos”; 6,2% consideram “Ter filhos”, esse é o mesmo percentual para “Governantes mais honestos” e finalmente, 3,4% e 1,5% dos respondentes consideram “Trabalhar menos” e “Mais amigos”. A alternativa “outros” foi citada como mais importante por 4,0% dos entrevistados;

- (ii) Segundo fator mais importante (“segundo lugar”): 16,3% consideram “Um emprego”; 15,4% “Mais dinheiro”; 13,2% “Redução da violência”; 11,4% “Poder viajar mais”; 10,5% concordam com a alternativa “Poder viver mais perto dos meus pais e/ou amigos”; 7,4% consideram “Uma história de amor”, mesmo percentual para “Governantes mais honestos”; 6,2%, 5,5%, 5,2% e 1,2% dos entrevistados consideram como segundo fator mais relevante no sentido de aumentar seus níveis de felicidade, “Ter filhos”, “Trabalhar Menos”, “Mais Amigos” e “outros”, respectivamente.
- (iii) Terceiro fator mais relevante (“terceiro lugar”): 16,9% consideram “Redução da violência”; 13,2% “Mais dinheiro”; 12,3% “Um emprego”; 11,7% “Poder viver mais perto dos meus pais e/ou amigos”; 11,1% “Poder viajar mais”; 8,6% “Governantes mais honestos”; 8,0% consideram “Uma história de amor”; 7,1%, 6,2%, 4,0% consideram “Mais Amigos”, “Trabalhar Menos” e “Ter filhos”, respectivamente;
- (iv) Nono fator mais importante (“nono lugar”): 13,2% “Ter filhos”; 12,6% “Trabalhar menos”; 11,7% “Governantes mais honestos”; 10,2% “Uma história de amor”; 8,3% “Mais amigos”; 6,5% dos entrevistados consideram “Poder viver mais perto dos meus pais e/ou amigos”, mesmo percentual considera a alternativa para “Poder viajar mais”; 5,5% cita “Um emprego”; 4,6% informa “Mais dinheiro”; 4,3% e 0,9% consideram “Redução da violência” e “outros”, respectivamente.
- (v) Fator menos importante (“último lugar”): 20,6% consideram a alternativa “Ter filhos”; 15,4% “Trabalhar menos”; 10,2% consideram “Uma história de amor”; 9,5% citam “Governantes mais honestos”; com 6,2% “Mais amigos”; 5,2% consideram “Um emprego”; 4,0% elegeram a alternativa “Poder viver mais perto dos meus pais e/ou amigos”; 3,1% é o percentual daqueles que consideram “Mais

dinheiro” e “Poder viajar mais” como menos importante; 0,9% dos entrevistados citam a alternativa “Redução da violência” em último lugar.

- (vi) Os respondentes também podiam deixar de assinalar algum fator que eles não considerassem como determinante para aumentar sua felicidade. Nesse contexto é importante destacar que: 13,5% dos indivíduos observados consideram “Uma história de amor” como não determinante de incremento no nível de felicidade. “Trabalhar menos” e “Ter filhos” foram desconsiderados por 12,9% cada um. O fator “Redução da violência” é o menos desprezado, sendo ignorado por apenas 2,8% dos indivíduos analisados.

Após essa análise descritiva a cerca dos principais determinantes de aumento do nível de felicidade incluindo a amostra global, é mostrada abaixo, uma análise desses mesmos fatores determinantes, separando agora, os indivíduos por nível de felicidade informado:

- (a) Para os indivíduos que informaram “Não me sinto feliz”, o fator “Mais dinheiro” é considerado como sendo o mais importante para 24% dos respondentes, à frente de “Um emprego” e “Poder viajar mais” que são considerados como mais relevante para 16% de indivíduos cada. Como fator menos importante para esse grupo de indivíduos está “Ter filhos” considerado nessa posição por 28% de indivíduos;
- (b) Os indivíduos que informaram “Sinto-me feliz”, consideram como fator mais importante para incrementar seus níveis de felicidade, o fator “Mais dinheiro”, elencado por cerca de 23,8% dos indivíduos em questão, seguido por “Um emprego” e “Redução da violência” escolhidos por 16% e 11,2% dos indivíduos, respectivamente. O fator menos importante é o fator “Ter filhos” citado por aproximadamente 20% dos indivíduos;
- (c) Finalmente, para os indivíduos que responderam “Sinto-me muito feliz”, o motivo mais relevante para incrementar seus níveis de felicidade é o fator “Redução da violência”, considerado assim por cerca de 21,3% dos indivíduos, seguido pelos fatores “Mais dinheiro” e “Um emprego”, os quais foram citados por 20,2% e 11,7% dos indivíduos, respectivamente. “Ter filhos” é também o fator menos importante para esse grupo de indivíduos (20,2%).

Como parte da aplicação da abordagem da felicidade com fins de estimação de bem-estar, bem como, de análise dos determinantes de bem-estar subjetivo, procedeu-se a uma estimação através do modelo *ordinal logit*, a fim de captar a relação entre o nível de felicidade informado (bem-estar subjetivo) e os determinantes de incremento nesse nível de felicidade, também informados pelos indivíduos dentro da amostra. A variável dependente é o nível de satisfação informado (captado através da primeira pergunta do questionário e que foi usado até agora como a variável dependente nas estimações feitas). As variáveis independentes são os fatores já analisados e presentes na segunda pergunta do questionário aplicado. O resultado da estimação é mostrado na tabela que segue:

Tabela 5.10. Equação de Felicidade. Ordered-Logit. Fatores de incremento na Felicidade

	Amostra completa		Recife
	(1)	(2)	(3)
“Mais dinheiro”	0,0682*** (0,047)	0,0937** (0,050)	0,108*** (0,066)
“Um emprego”	0,0244 (0,040)	0,0119 (0,043)	0,0323 (0,056)
“Ter filhos”	-0,0285 (0,038)	-0,0363 (0,040)	-0,136*** (0,054)
“Mais amigos”	0,135** (0,048)	0,141** (0,049)	0,164*** (0,065)
“Poder viajar mais”	0,0398 (0,044)	0,0418 (0,047)	0,0381 (0,064)
“Trabalhar menos”	0,0734** (0,038)	0,0684*** (0,041)	0,138 (0,056)
“Redução da violência”	-0,129*** (0,053)	-0,145*** (0,055)	-0,206*** (0,077)
“Uma história de amor”	-0,0382 (0,038)	-0,0411 (0,040)	-0,0758 (0,050)
“Poder viver mais perto dos meus pais e/ou amigos”	-0,0422 (0,044)	-0,0331 (0,045)	0,0453 (0,058)
“Governantes mais honestos”	-0,0094 (0,042)	-0,0231 (0,044)	0,0133 (0,062)
“Outros”	-0,0044 (0,050)	-0,0048 (0,052)	0,0325 (0,057)
Idade		-0,173*** (0,095)	-0,201 (0,129)
(Idade) ²		0,0022 (0,001)	0,0023 (0,002)
Sexo (masculino=1)		0,368 (0,257)	0,568** (0,331)
Renda baixa		-0,601*** (0,342)	-1,102* (0,456)
Renda média		-0,362 (0,357)	-0,214 (0,408)
Empregado		0,0984 (0,396)	0,0939 (0,548)
Trabalha em tempo integral		-0,239 (0,346)	-0,368 (0,438)
Mercado Formal		-0,211 (0,308)	-0,0545 (0,381)
Estudante		-0,239 (0,349)	-0,479 (0,454)
Católico		0,702 (0,604)	1,164*** (0,702)
Protestante		1,372** (0,655)	1,723** (0,792)
Espírita		0,673 (0,805)	0,280 (0,942)
Sem religião, mas acredita em Deus		0,0228 (0,626)	0,0734 (0,730)
Violência baixa			-0,234 (0,593)
Violência média			-0,207 (0,393)
N	325	325	221
Pseudo-R ²	0,077	0,142	0,223

Fonte: Pesquisa do Autor

*, **, *** significância de 99%, 95% e 90% respectivamente.

Observa-se que os resultados encontrados, referentes às variáveis construídas através das características sociais, econômicas e institucionais, não se modificaram quando da inserção das variáveis ligadas aos fatores determinantes de incremento de felicidade (os sinais dos coeficientes se mantiveram).

O resultado da estimação para as variáveis ligadas aos fatores que tornariam os indivíduos mais felizes pode ser assim resumido:

- A probabilidade de um indivíduo, em Recife ou em Igarassu, desejar ter mais dinheiro para aumentar sua felicidade é maior entre os indivíduos que se reportam como menos felizes, ou seja, os indivíduos que informam serem felizes ou muito felizes têm uma chance maior de colocar o fator “Mais dinheiro” na parte inferior do seu *ranking* de determinantes de mais felicidade;
- Indivíduos que informam ter um nível de felicidade menor provavelmente colocarão o fato de possuírem um emprego como sendo um fator substancialmente importante. Em contrapartida, pessoas menos felizes têm uma chance maior de acharem que é mais importante trabalhar menos, tal resultado está de acordo com o encontrado na variável “Trabalho em tempo integral”, onde as pessoas que estão sujeitas a esse regime de trabalho tendem a reportar um nível de felicidade menor;
- O fator “Ter filhos” só se torna importante para os indivíduos quando os mesmos já têm um nível considerável de felicidade, ou seja, para os indivíduos que se reportam como não felizes, o fato de ter filhos provavelmente não será considerado por eles como sendo tão relevante;
- Quanto menos feliz for um indivíduo em Igarassu ou em Recife, maior será a chance desse indivíduo se tornar mais feliz através de um incremento no seu círculo de amizades;
- Um importante fator de aumento da satisfação de vida, revelado por esse estudo, é a possibilidade do indivíduo viajar mais. Tal conclusão é corroborada pelo resultado da estimação: pessoas menos felizes têm uma probabilidade maior de colocarem essa opção como sendo mais importante (dentre as opções dadas) do que àquelas que se reportam como mais felizes, assim, viajar mais é cada vez mais importante quanto menor for o nível de felicidade informado;

- A probabilidade de informar que a redução da violência é o fator mais importante para o aumento do nível de felicidade é maior entre os indivíduos que se consideram mais felizes, ou seja, quanto menos feliz um indivíduo se considera, menos importante será a redução da violência para esse indivíduo. Tal resultado vem fortalecer a hipótese sugerida de informação assimétrica, já que “Redução da violência” é um dos fatores que está entre os mais importantes para aumentar o nível de felicidade individual informado;
- Os resultados encontrados para os fatores “Uma história de amor”, “Poder viver mais perto dos meus pais e/ou amigos” e “Governantes mais honestos” são semelhantes: eles se tornam cada vez mais importante, para os indivíduos de Recife e Igarassu, quanto mais felizes informarem que são esses indivíduos. Posto de outra forma, indivíduos menos felizes têm uma probabilidade maior de informarem que esses fatores são menos importantes para aumentar seus níveis de felicidade;
- Algumas ligeiras mudanças ocorrem quando são considerados, separadamente, os indivíduos residentes na cidade do Recife (coluna (3) da tabela 5.10), no entanto, tais modificações não interferem na análise global aqui implementada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou mostrar diversas formas alternativas de estudar e mensurar o bem-estar humano, o qual está presente em importantes áreas da ciência econômica e constitui uma preocupação básica nas decisões de políticas públicas, de modo que essas políticas se aproximem ao máximo de uma condição eficiente de Pareto.

O enfoque principal do estudo foi a análise do bem-estar através da abordagem da felicidade, que tem obtido espaço na teoria econômica pelo fato de permitir a ampliação do conceito de bem-estar ao inserir na análise fatores subjetivos, ligados a emoções, experiências vividas e expectativas futuras, os quais, concorda-se unanimemente, têm uma influência no nível de satisfação dos agentes econômicos. Dessa maneira, a abordagem da felicidade tem contribuído para que na ciência econômica o bem-estar deixe de ser observado apenas com base em fatores pecuniários, em especial a renda real, ou seja, através da felicidade, o conceito de utilidade deixa de ser meramente objetivo e passa a ter um caráter subjetivo. O axioma da preferência revelada deixa de ser o único instrumento usado para derivar a utilidade individual e conseqüentemente o bem-estar, e, ao invés disso, além do comportamento do indivíduo, manifesto na relação entre suas preferências e sua restrição orçamentária (expressas através da renda e do nível de preços), a recente análise do bem-estar através da felicidade utiliza o conceito de utilidade subjetiva, que incorpora a utilidade comportamental, mas também, a utilidade experimentada.

Usando técnicas pioneiramente utilizadas por psicólogos, a economia da felicidade faz uso da aplicação de questionários, onde os indivíduos são perguntados diretamente sobre os seus níveis de satisfação com a vida, bem como, são captadas dos mesmos, características sócio-econômicas e institucionais. Dessa forma, uma visão mais direta do quanto as pessoas estão satisfeitas com a vida é obtida, e essa visão, dependendo do tipo da pesquisa implementada (que engloba o tamanho do questionário, a disposição das perguntas, a preocupação em se os entrevistados estão dispostos a responder sobre sua satisfação com a vida, dentre outros fatores), bem como do trato dos dados obtidos, pode ser útil para ajudar as autoridades governamentais na implementação de políticas públicas, e principalmente, para se ter uma visão mais próxima da realidade possível de como indivíduos e sociedades estão conseguindo, dadas as condições sociais, econômicas e institucionais, obter satisfação de vida.

A abordagem da felicidade tem conseguido resultados relevantes para mensuração do bem-estar individual e social. Estudos revelam, por exemplo, que a renda tem uma importante influência no nível de felicidade informado, no entanto, aumentos na renda não geram incremento na felicidade infinitamente. Em geral, quando um certo limite de renda é alcançado, o que vai importar para aumentar o bem-estar subjetivo é a renda relativa e não mais a renda absoluta. A fim de explicar o paradoxo propulsor da economia da felicidade, o paradoxo de Easterlin, a teoria das aspirações é comumente citada.

No contexto das nações, estudiosos têm encontrado uma ligeira relação entre renda e satisfação de vida, podendo-se concluir que outros fatores são também importantes para explicar diferenciais de felicidade. A relação entre felicidade e desemprego é observada como sendo negativa, ou seja, desemprego implica em queda de bem-estar. A explicação para tal relação está ligada, no âmbito do desemprego pessoal, aos chamados custos psicológicos, já no campo do desemprego da economia como um todo, atribui-se aos custos sociais o efeito depressivo do desemprego no bem-estar subjetivo informado. Estudos mostram também que não existe uma relação clara entre a esperada queda na satisfação de vida informada e o aumento dos índices de criminalidade.

Atualmente, num estágio de tentar desenvolver análises empíricas cada vez mais amplas, a recente economia da felicidade procura entender, de forma descritiva, os determinantes do bem-estar humano. Saber se esse bem-estar está ligado a características como gênero, estado civil, idade, faixa de renda, posição no mercado de trabalho, religião, violência na localidade de residência do indivíduo, dentre outros fatores.

Nesse contexto, este estudo propôs uma aplicação dos conceitos e do método comumente usados na abordagem da felicidade a fim de observar quais características seriam mais importantes na determinação do bem-estar subjetivo informado em duas localidades de Pernambuco.

Alguns resultados encontrados na aplicação são analisados a seguir.

A renda implica felicidade, pessoas de renda mais baixa têm uma probabilidade menor de se reportarem como mais felizes. Esse resultado foi também encontrado no estudo desenvolvido por Cavalcanti, Guimarães e Nogueira (2006) que incluiu na amostra utilizada estudantes da cidade do Recife em Pernambuco. Resultado similar foi encontrado em estudos

implementados por Blanchflower e Oswald (2000, 2004) para cidadãos britânicos e americanos e por Frey e Stutzer (2002a) que usaram dados do *General Social Survey* para analisar a felicidade de indivíduos norte-americanos.

Os jovens parecem informar que são mais felizes que as pessoas com mais idade. Similarmente, uma pesquisa da Unicamp para o estado de São Paulo, em 2004, encontrou que idade e nível de felicidade informado variam em sentido contrário. Blanchflower e Oswald (2004) também concluem, em estudo realizado para os Estados Unidos, que os jovens têm uma chance maior de informarem que são mais felizes.

O desemprego pessoal faz com que as pessoas tenham uma chance maior de dizerem que não são felizes. Esse resultado foi o mesmo encontrado por Di Tella, MacCulloch e Oswald (2001) que analisaram o bem-estar, através da abordagem da felicidade, para doze países europeus, bem como, também foi a conclusão achada por Blanchflower e Oswald (2004) em estudo com indivíduos residentes nos Estados Unidos.

Apesar da preocupação com a violência, a criminalidade parece não influenciar no nível de felicidade informado pelos agentes econômicos. Veenhoven (2003), analisando dados de vários países, também não encontrou uma relação significativa entre a criminalidade e o nível de felicidade informada. Foi observado ainda por Veenhoven (2003) que mesmo em nações onde a criminalidade, expressa pela taxa de homicídios, aumentou de forma considerável, o nível de felicidade informada também aumentou.

A religião é um importante fator de incremento no nível de bem-estar subjetivo reportado. Os evangélicos têm uma probabilidade maior de se reportarem como mais felizes. Tal conclusão também foi encontrada pelo Instituto Datafolha numa pesquisa feita entre brasileiros no ano de 2006.

Os homens, em Recife e Igarassu, têm uma probabilidade maior de informar que são mais felizes. A chance das mulheres de se reportarem como mais felizes é significativamente menor. Esse resultado foi também encontrado por Cavalcanti, Guimarães e Nogueira (2006) entre os estudantes pernambucanos.

Em suma, a abordagem da felicidade tem possibilitado a resolução de alguns paradoxos dentro do tema bem-estar humano, ressaltando-se o crescimento do número de estudos que passaram a utilizar a abordagem da felicidade para explicar vários assuntos dentro

da ciência econômica. É importante destacar que à cada dia mais variáveis têm sido incorporadas às análises do bem-estar humano, o que permitirá num futuro muito próximo uma mensuração mais ampla do bem-estar individual e social, podendo contribuir para resolver alguns problemas econômicos, os quais são alvos de políticas públicas que normalmente não têm logrado êxito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Benz, M. and Stutzer, A.(2003). “Do Workers Enjoy Procedural Utility?”. *Institute for Empirical Research in Economics .University of Zurich*
- Blanchflower, D. G. and Oswald, A. J. (1997). “The Rising Well-Being of the Young”. *NBER Working Paper N.º 6102*.
- Blanchflower, D. G. and Oswald, A. J. (2000). “Well-Being Over Time in Britain and the USA”. *NBER Working Paper N.º 7487*.
- Blanchflower, D. G. and Oswald, A. J. (2004). “Money, Sex and Happiness: An Empirical Study”. *NBER Working Paper N.º 10499*.
- Boarini, R., Johansson, A. and d’Ercole, M. M. (2006). “Alternative Measures of Well-Being.” *OECD Economics Department Working Papers, N.º 476, OECD Publishing*.
- Bruni L. and Porta P. L. (2005). *Economics and Happiness: Framing the Analysis*. New York: Oxford University Press.
- Cantril, H. (1965). *The Pattern of Human Concern*. New Jersey: Rutgers University Press.
- Carbonell-i-Ferrer, A. and van Praag, B.M.S. (2003). “Income Satisfaction Inequality and its Causes”. *IZA Discussion Papers. Discussion Paper N.º 854*.
- Cavalcanti, T., Guimarães, J. F. and Nogueira, J. R. (2006). “Is there any differences in well-being between American and Brazilian college students?”, *mimeo, Departamento de Economia, UFPE*.

- Clark, A. E. and Oswald, A. J. (1994). “Unhappiness and Unemployment”. *Economic Journal* 104(424): 648-659.
- Coyne, C.J.and Boettke, P. J. (2006). “Economics and Happiness Research: Insights from Austrian and Public Choice Economics”. Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm>.
- Davis, J. A., Smith, T. W. and Marsden, P. V. (2001). “General Social Survey, 1972-2000: Cumulative Codebook”. Storrs, CT: *The Roper Center for Public Opinion Research*.
- Di Tella, R., MacCulloch R. J. and Oswald, A. J. (2001). “Preferences over Inflation and Unemployment: Evidence from Surveys of Happiness”. *American Economic Review* 91(1): 355-341.
- Diener, E. and Shigehiro, O. (2000). “Money and Happiness: Income and Subjective Well-Being Across Nations”. In: Ed Diener and Eunkook M. Suh (eds). *Culture and Subjective Well-Being*. Cambridge, MA: MIT Press: 185-218.
- Easterlin, R.A. (1974). “Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence”. In: ed. P. David and M.Reder. *Nations and Households in Economic Growth*. New York: Academic Press.
- Easterlin, R. A. (2001). “Income and Happiness: Towards a Unified Theory”. *Economic Journal* 111(473): 465-484.
- Easterlin, R.A. (2003). “Explaining happiness”. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 100 (19), 11176–83.
- Frey, B. and Stutzer A. (2000). “Happiness, Economy and Institutions”. *Economic Journal* 110(446): 918-38.

- Frey, B. and Stutzer, A. (2002a). “What can economists learn from happiness research?” *Journal of Economic Literature* 40, 401–35.
- Frey, B. and Stutzer, A. (2002b). “Happiness and Economics: How the Economy and Institutions Affect Human Well-Being”. *Forthcoming with Princeton University Press*.
- Frey, B. and Stutzer, A. (2004). “Happiness Research: State and Prospects”. *Working Paper N.º 190. Review of Social Economy* 62(2), 2005, pp. 207-228.
- Frey, B. and Stutzer, A. (2005). “Testing Theories of Happiness”. In: *Luigino Bruni and Pier Luigi Porta (eds). Economics and Happiness: Framing the Analysis. New York: Oxford University Press. pp. 116-119*
- Frank, R. H. (2005). “Does Absolute Income Matter?”. In: *Luigino Bruni and Pier Luigi Porta (eds). Economics and Happiness: Framing the Analysis. New York: Oxford University Press. pp. 65-68.*
- Gardner, J. and Oswald, A. (2001). “Does Money Buy Happiness? A Longitudinal Study Using Data on Windfalls”, *mimeo, Warwick University*.
- Graham, C. (2005). “The Economics of Happiness”. *Economic Studies Program. The Brookings Institution. Forthcoming in Steven Durlauf and Larry Blume, eds., The New Palgrave Dictionary of Economics, Second Edition.*
- Inglehart, R. (2000). “World Values Surveys and Surveys and European Values Surveys, 1981-1984, 1990-1993, and 1995-1997 [Computer file]”. *ICPSR version. Ann Arbor, MI: Institute for Social Research [producer], 1999. Ann Arbor, MI: Inter-university Consortium for Political and Social Research [distributor].*

- Johnston, J. e J. DiNardo (1997). *Econometrics*. McGraw Hill, quarta edição.
- Kenny, C. (1999). “Does Growth Cause Happiness, or Does Happiness Cause Growth?” *Kyklos* 52(1): 3-26.
- Krugman, P. R. e Obstfeld, M. (1999). *Economia Internacional – Teoria e Política*. São Paulo: Editora Makron Books.
- Lane, R. E. (2000). *The Loss of Happiness in Market Economies*. New Haven and London: Yale University Press.
- Oswald, A. (1997). “Happiness and economic performance”. *Economic Journal* 107, 1815–31.
- Ryan, R. M. and Deci, E. L. (2001). “To Be Happy or To Be Self-Fulfilled: A Review of Research on Hedonic and Eudaimonic Well-Being”. In: S. Fiske (eds). *Annual Review of Psychology, Vol. 52*. Palo Alto, CA: Annual Reviews: 141-166.
- Slesnick, Daniel T. (1998). “Empirical Approaches to the Measurement of Welfare”. *Journal of Economic Literature* 36(4): 2108-2165.
- van Praag, B.M.S. and Baarsma, B. E.(2005). “Using Happiness Surveys to value Intangibles: The case of airport noise”. *The Economic Journal*, 115 (January), 224-246.
- Varian, Hal. R.(2000). *Microeconomia: princípios básicos*. Rio de Janeiro: Editora Campus,
- Veenhoven, R. (2003). “Happiness in Hardship”. In: Bruni, L. & Becattini, G. (Eds.) *Felicità ed economica. Quando il benessere e ben vivere'* Edizioni Angelo Guerini e Associati, Milano, Italia, pp. 257-277.

Veenhoven, R. (2007a). World Database of Happiness, Distributional Findings in Nations, Erasmus University Rotterdam. Available at: www.worlddatabaseofhappiness.eur.nl

Veenhoven, R. (2007b). World Database of Happiness, Correlational Findings: <http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl>.

Winkelmann, L. and Winkelmann, R. (1998). “Why Are the Unemployed So Unhappy?” Evidence from Panel Data. *Economica* 65(257): 1-15.

ANEXOS

Questionário – Pesquisa de Felicidade

1) Como você se sente em relação à sua vida?

- Não me sinto feliz ()
- Sinto-me feliz ()
- Sinto-me muito feliz ()

2) O que faria você mais feliz (ordene sua resposta. Use 1,2,3, 4 ... para descrever o que o deixaria mais feliz, sendo o 1 o mais importante)

- Mais dinheiro ()
- Um emprego ()
- Ter filhos ()
- Mais amigos ()
- Poder viajar mais ()
- Trabalhar menos ()
- Redução da violência ()
- Uma história de amor ()
- Poder viver mais perto dos meus pais e/ou amigos ()
- Governantes mais honestos ()
- Outros () Qual? _____

3) Idade: _____

4) Sexo: () Masculino () Feminino

5) Qual a faixa de renda da sua família?

- () até R\$:350,00
- () de R\$: 350,00 a R\$:1.050,00
- () de R\$: 1.051,00 a R\$:1.750,00
- () de R\$: 1.751,00 a R\$: 3.500,00
- () acima de R\$:3.500,00

6) Qual o seu estado civil atualmente?

- () solteiro () casado () divorciado () viúvo () outro

7) Você trabalha?

- Não, eu não trabalho ()
- Sim, eu trabalho 1 expediente ()
- Sim, eu trabalho em tempo integral ()

7.1) Se você respondeu sim, seu trabalho é com carteira assinada? () sim () não

8) Você está estudando atualmente?

- () sim () não

8.1) Se sim, sua instituição de ensino é : () particular () pública

9) Você atualmente mora:

- Sozinho ()
- Com amigos ()
- Com sua família ()

10) Qual o bairro que você reside? _____ e a cidade? _____

11) Você considera o bairro que você reside:

- () muito violento
- () violento
- () pouco violento

12) Qual sua religião?

- () católico () budista
- () protestante () não tem religião, mas acredita em Deus
- () espírita () ateu
- () outra

13) Você procura acompanhar as notícias (noticiários, jornais, etc) sobre a sua cidade?

- () sim () não